



ATA N.º 19/XII-2º/2017-18

1 - Aos 28 dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, sito na Rua Professor Ruy Luís Gomes no Laranjeiro, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento.

3.2 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2019”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – 2018 a cobrar em 2019”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lançamento de Derrama para 2019”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Atualização da Tabela de Preços do Município de Almada para 2019”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano 2019”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2019”;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa pela Emissão do Certificado de Registo – fixação da componente municipal – ano 2019”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018”;

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e orçamento para 2019 e Mapa de Pessoal do Município de Almada”;

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e orçamento dos SMAS para 2019 e Mapa de Pessoal dos SMAS para 2019”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Retificação ao Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento das Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Almada”;

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revogação do Plano Parcial de Almada”;

3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Acordo de Execução e de Delegação de Competências com Junta de Freguesia da Costa da Caparica”;

3.16 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Acordo de Execução e de Delegação de Competências com União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda”;

3.17 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta do Contrato Administrativo de delegação de competências dos municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa, no domínio dos transportes”;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 3.18 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências dos municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa, no domínio da distribuição de eletricidade em baixa tensão”;
- 3.19 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU do Pragal”;
- 3.20 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU de Cacilhas”;
- 3.21 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Dinamização das Áreas Urbanas Consolidadas. Relatório de Monitorização da ARU do Monte de Caparica”;
- 3.22 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Dinamização das Áreas Urbanas Consolidadas. Relatório de Monitorização da ARU da Sobrede”;
- 3.23 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada”.
- 3.24 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de contrato-programa com a AGENEAL para o desenvolvimento de atividades de melhoria da eficiência energética e descarbonização de Almada em 2018”;
- 3.25 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Contrato Programa celebrado entre o Município e a ECALMA”;
- 3.26 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Contrato-Programa para o período 2018-2019 entre o Município de Almada e a Nova Almada Velha – Agência de Desenvolvimento Local”;
- 3.27 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos júris para procedimento concursal tendente ao recrutamento de CDGAU1, CDGAU2, CDGAU3 e CDGAU4 (Cargos de Direção Intermédia de 2º grau) ”.
- 2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.**
- 3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.**
- 3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:**
- José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Marina Alexandra Pereira Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.
- 4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:**
- 4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações do Senhor Deputado Municipal José Manuel Maia (CDU) solicitando a substituição entre os dias 28 de novembro e 2 e dezembro, de Elisabete Pereira (CDU), Augusto Proença (PSD) e Manuel Braga (BE), solicitando a substituição nos dias 28, 29 e 30 de novembro.**



4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse José Gabriel Joaquim (CDU) e António José Olaio da Silva (CDU), por impedimento dos/as candidatos/as Mara Rita Silva Martins nos dias 28 e 29 de novembro, e por impedimento dos/as candidatos/as Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas nos dias 28, 29 e 30 de novembro. Tomaram ainda posse Sónia Raquel Faria (PSD) e Fátima Maria Marras (BE).

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.4 - O Senhor Presidente comunicou à Assembleia a tomada de posse de Artur Jorge de Jesus Alfama (PAN) no dia 7 de novembro de 2018, por renúncia ao mandato da Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte de Jesus Moço (PAN). Comunicou igualmente a tomada de posse do Senhor Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS) no dia 19 de novembro de 2018, por ausência, neste dia, do Senhor Deputado Municipal Ivan da Costa Gonçalves (PS).

4.5 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença da Senhora Vereadora Lina Gonzalez em substituição do Senhor Vereador Nuno Matias, por se encontrar fora do país por motivos pessoais.

4.6- Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.6.1. O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU) sobre a Linha de Muito Alta Tensão e enviado para a Câmara Municipal em 11/7/2018, ainda não foi respondido.

4.6.2- O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sandra Duarte (PAN), sobre o Plano Local para a Biodiversidade, enviado para a Câmara Municipal em 2/8/2018, foi respondido em 23/11/2018;

4.6.3- O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre a aplicação da Lei nº 27/2016 proibição de abate de animais em canis e gatis municipais, e enviado para a Câmara Municipal em 8/10/2018, foi respondido em 23/11/2018;

4.6.4- O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre corte de atribuição de subsídios às Coletividades Culturais e enviado para a Câmara Municipal em 13/9/2018, ainda não foi respondido.

4.6.5 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP sobre aquisição de terrenos por parte da Câmara Municipal de Almada até ao dia 1 de outubro de 2017 e enviado para a Câmara Municipal em 26/11/2018, ainda não foi respondido.

4.7 – Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores Deputados Municipais;

Outra informação que me parece relevante, trata-se de uma breve referência ao processo da descentralização. Informar que ontem dia vinte sete de novembro, foram publicados dois dos Decretos-Leis relativos à Descentralização de Competências nas Autarquias Locais e nas Entidades Intermunicipais. Trata-se do Decreto-Lei 97/2018, sobre a “Transferência de Competências para os Órgãos Municipais do Domínio da Gestão de Praias Marítimas Fluviais e Lacustres”; do Decreto-Lei 98/2018, sobre a “Autorização de Exploração das Modalidades de Jogos e Afins de Fortuna ou Azar e Outras Forma de Jogo”, que também são transferidas para as Autarquias Locais; para as Entidades Intermunicipais, pelo Decreto-Lei 99/2018, são transferidas as Competências no “Domínio da Promoção Turística Interna e Sub-regional” e finalmente, o Decreto-Lei 100/2018, também de hoje, relativo à Transferência de Competências para os Órgão Municipais no “Domínio das Vias de Comunicação”.

Estas matérias e outras que se aguarda a publicação nos próximos dias, serão objeto de análise por esta Assembleia, em processo que será combinado em Conferência de Representantes muito proximamente”

4.8 - Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.9 – Finalmente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as atas n.ºs 16/XII-1.º/2017-18, 17/XII-1.º/2017-18 e 18/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal.

4.9.1- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 16/XII-1.º/2017-18, 17/XII-1.º/2017-18 e 18/XII-1.º/2017-18 e ratificadas as respetivas minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública”.

5.2 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes José Joaquim Mendes Caeiro, João Teixeira, Ricardo Salomão, Tito Pedro Fialho da Silva Banza, Arnaldo Fernandes Leite, Pedro Dias Pereira, Fernando Cocharra e Alexandre Correia.

5.2.1 – O Senhor Múncipe José Joaquim Mendes Caeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O assunto que me traz aqui tem a ver com um problema geral em Almada, que é o problema do trânsito e do estacionamento. Mas, este em particular, diz-me diretamente respeito a mim e às pessoas por quem venho falar e que infelizmente, por serem pessoas idosas, não podem estar na sua grande maioria aqui.

Eu já dei conhecimento deste problema ao Chefe de Divisão de Mobilidade, através de vídeos, fotografias, e a descrição do local que acho que deve ter intervenção por parte da Câmara Municipal de Almada. Mas, como até hoje não recebi resposta nenhuma decidi vir aqui.

O local situa-se em frente aos SMAS, é a rua Câmara Pestana, e de rua não têm nada, porque aquela rua são duas mini pracetas, que têm apenas uma entrada para carros que têm que ser pequenos, porque se for uma ambulância, se for um carro dos Bombeiros, não passa lá. Acresce que, é uma zona livre de estacionamento, e situa-se num talude com cinco metros de altura, cercado por uma vedação de ferro, que a qualquer momento poderá cair se baterem ali com mais força. A par disto, como é uma zona de estacionamento livre, qualquer pessoa pode estacionar ali, e assistimos, devido à localização quer da PSP – Polícia de Segurança Pública, quer dos SMAS – Serviço Municipal de Água e Saneamento, pessoas que estacionam ali de qualquer maneira. Quando são os moradores a estacionar, normalmente estacionam de forma a que se possa entrar e sair, quando são pessoas estranhas estacionam de qualquer maneira. E não é raro vemos ali discussões, carros batidos, violência verbal e física, e qualquer pessoa que for lá e olhe para frontaria dos prédios vê a frontaria dos prédios marcada por pneus, marcada por para-choques. E, portanto, estamos numa situação em que não se pode fazer nada, até porque a maioria das pessoas ali são idosas, são enxovalhadas por outras pessoas, que não compreendem que não podem estacionar daquela maneira e é nesse sentido que eu apelo, para já ou numa próxima revisão dos mapas de estacionamento, que esta zona seja intervencionada, não de uma forma física, porque é quase impossível fazer ali seja o que for, mas pelo menos de uma forma administrativa. Isto é reservando os espaços



para moradores, aqueles que não podem de maneira nenhuma compelir com aquilo que esta na Lei, que é não estacionar em frente de janelas por exemplo. Ali os r/c são baixos, e todas as manhãs as pessoas acordam com um carro plantado à frente da janela. Esta rua situa-se entre o número dois e o numero quatro, uma praceta, e o numero seis e o numero oito, outra praceta. E eu aconselhava a qualquer pessoa que quisesse entrar naquela praceta, que entre e que depois tente sair. Tem de sair de marcha atrás de uma rua inclinada, com mais de 15% de inclinação, onde os carros estão estacionados de um lado e de outro, em cima de uma linha vermelha e com a polícia à frente que não faz nada, onde há acidentes porque pessoas idosas, saem de marcha atrás há um carro que não veem e batem imediatamente.

Portanto, eu apelo mais uma vez, e para terminar, que numa próxima revisão dos mapas de estacionamento que alguém arranje uma solução para aquilo porque não se pode viver ali sossegado, nem em paz, porque todos os dias há problemas.”

5.2.2 – O Senhor Município João Teixeira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho junto de vós na qualidade de representante Plataforma Cultural de Almada.

Os grupos de teatro do Concelho de Almada, reunidos na Plataforma Cultural, vêm recordar-vos a conclusão da 22ª Mostra de Teatro de Almada que, entre dois e dezoito de novembro, mostraram à cidade e seus visitantes vinte e cinco espetáculos, produzidos por vinte e duas companhias de teatro do nosso Concelho. Acresce ainda um número significativo de eventos incluídos na Mostra de Teatro de Almada, exposições, palestras, formação, colóquios e concertos.

Tivemos muito público. Não houve salas semivazias. Houve lotações esgotadas, de gentes de Almada e de visitantes de Almada. Verificou-se uma qualidade inequívoca das produções teatrais participantes, atestada pelas reações e críticas dos espetadores. Todas de Almada, por que é isso que caracteriza esta mostra de teatro.

Como já é do vosso conhecimento, a Mostra de Teatro de Almada é uma organização conjunta dos grupos de teatro do Concelho e a Câmara Municipal de Almada. E só é possível acontecer com esta dimensão, para além das várias sessões de trabalho conjuntas ou em separado, com o financiamento das produções de cada grupo, através da Linha de Apoio à Produção Teatral, por um lado, e com o financiamento direto à iniciativa Mostra de Teatro de Almada, por outro. Tendo a Câmara Municipal de Almada, aberto as candidaturas, tanto para Linha de Apoio à Produção Teatral como à Mostra de Teatro de Almada, embora tardiamente, os grupos apresentaram os seus projetos concorrentes. E como a sua atividade não pode parar, os grupos de teatro, desde o início do ano, têm desenvolvido a sua atividade, construindo os seus espetáculos, estreando-os antes ou no decorrer da Mostra de Teatro de Almada. Alguns destes grupos recorreram inclusivamente, ao endividamento para honrar os seus compromissos de produção teatral, o que debilita, ainda mais e seriamente, a sua situação financeira, colocando em risco a sua atividade teatral.

Vossas Excelências compreenderão a justeza das nossas preocupações, pois até à data não foi dada resposta concreta sobre o financiamento de cada uma destas produções (Linha de Apoio à Produção Teatral), nem foram pagos os 700€ (setecentos euros) a cada grupo que participou na Mostra de Teatro, compromisso assumido pela Câmara Municipal de Almada. Existem, inclusivamente, grupos aos quais ainda não foi paga a sua participação na 21ª Mostra de 2017. Vossas Excelências adivinharão, com toda a certeza, a gravidade da situação financeira destes grupos, que contribuem, com o seu trabalho de criação artística e também de formação artística, para desenvolvimento de um rosto próprio e único, que é o tecido cultural de Almada. Assim nos dizem que somos a Cidade do Teatro. A falta de resposta clara e atempada coloca em risco a sobrevivência da nossa atividade e, ao mesmo tempo, coloca em risco a riqueza, que é única, da Cidade do Teatro. Pelo nosso lado, continuaremos sempre a nossa ação de construção em diálogo e com trabalho conjunto, entre todos e com a edilidade, no respeito pelas características de cada um e de cada grupo. Esperámos e esperamos de todos os intervenientes, neste processo, a mesma postura de diálogo construtivo e consequente.

Apelamos à sensibilidade de Vossas Excelências, pois com sensibilidade se construiu a Cidade do Teatro.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Solicitamos a Vossas Excelências, representantes de todos os almadenses, a Vossa intervenção, que com justeza ajudará a ultrapassar esta situação.

Viva o Teatro, Viva a Cidade do Teatro, Viva Almada.

Referir ainda que subscrevem este documento as Associações: A Lagarto Amarelo, Actos Urbanos/Teatro de Areia, Arte 33/Teatro Ubu, Artes e Engenhos, Associação Cultural Manuel da Fonseca, Cénico da Incrível Almadense, Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria, Marina Nabais Dança Associação Cultural, Ninho de Víboras, O Grito, O Outro Lado, Plateias de Arte, Produções Acidentais e Teatro £ Teatro.”

5.2.3 – O Senhor Município Ricardo Salomão:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os meus cumprimentos e da Associação Gandaia, que represento, a todos os eleitos e a todos os municípios aqui presentes.

Venho aqui para vos anunciar a saída do novo número do Notícias da Gandaia, já distribuído amplamente pelo concelho e à vossa disposição na entrada.

No número anterior, com uma entrevista à Senhora Presidente do Executivo e uma crónica, excelente crónica, da mãe do Senhor Vice-Presidente; acusam-nos de sermos um jornal do PS e de estarmos ao serviço deste Executivo.

Neste número, com uma entrevista ao Dr. Joaquim Judas, acusam-nos de ser da CDU e estarmos ao serviço da oposição.

Ótimos sinais! isto significa que estamos a fazer as coisas bem-feitas, e a cumprir aquilo que eu próprio vim aqui prometer quando começámos: um jornal sério, independente e aberto a todas as opiniões.

Alguns acusaram-nos mesmo de publicarmos com demasiada clareza, a opinião e as frases do nosso entrevistado, dando-lhe demasiado destaque.

Ótimo sinal! isto significa que estamos a cumprir a promessa de sermos um jornal rigoroso e deontologicamente sólido.

O Senhor Presidente da República deu ontem um sinal explícito da crise dos órgãos de comunicação social e de como constitui um problema grave para a democracia, referindo mesmo o populismo como sua consequência. Porém, só com esta estratégia de independência e abertura pode um órgão de comunicação constituir o tal pilar da democracia. Só com fidelidade às diversas opiniões, pode propiciar o debate de ideias profícuo para a comunidade.

Infelizmente, o problema não está só na comunicação social. Está em nós querermos ver a nossa

opinião neles. Só a nossa opinião. É aí que começa a pós-verdade, e é aí que começa a crise da comunicação social.

O Notícias da Gandaia mantém-se fiel à promessa que fez aos seus leitores: honestidade, independência, rigor e abertura às diferentes opiniões. Prioridade à informação sobre a nossa comunidade e o nosso território.

Mas não acreditem em mim. Leiam o Notícias da Gandaia. Vejam pelos vossos próprios olhos e tirem as vossas próprias conclusões. E escrevam-nos, critiquem-nos ou colaborem. A função de um jornal é essa mesmo.

Já agora, se querem chegar ao público de Almada, anunciem no Notícias da Gandaia...

Continuamos a trabalhar afincadamente para que Almada se orgulhe do nosso jornal.”

5.2.4 – O Senhor Município Tito Pedro Fialho da Silva Banza:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



No dia 21 de junho de 2018, fiz uma intervenção, no Período Aberto ao Público na Assembleia de Freguesia de Laranjeiro-Feijó, que se realizou no Clube Recreativo do Feijó, para dar conta de algumas ocorrências na Praça da Portela, no Laranjeiro.

Relatei a falta de alguns pilaretes na praça, dois junto a um estabelecimento de restauração (o café Oásis) e outros dois na entrada da Praça da Portela, junto à passadeira de peões da rua Adriano Correia de Oliveira. Referi que esta última situação, para além de dificultar a mobilidade de todos em especial de pessoas com dificuldades de mobilidade e de carrinhos de bebé, põe também em risco o perigo de acidente, porque a falta destes pilaretes deixa o possível e apetecível estacionamento nos passeios.

A resposta dada pelo Senhor Presidente da Junta e passo a citar a Ata "O Senhor Presidente da Junta respondeu ao cidadão dizendo que a Junta é conhecedora desta situação, tendo feito já o pedido à Câmara Municipal de Almada, para sua colocação, já que os pilaretes obedecem a um desenho específico. A Câmara Municipal respondeu dizendo: que não estavam disponíveis, será a Junta mais uma vez a resolver a situação com o seu orçamento."

Esperei, mas nada foi resolvido. Decidi então, utilizar a aplicação móvel da Câmara Municipal de Almada, para resolver este e outros problemas referentes à Praça da Portela, enviando seis fotografias com a devida descrição. Alertei para o derrube do sinal de trânsito com a retirada de pedras de calçada (aquando de um acidente no dia oito de outubro). O sinal de trânsito foi repostado no dia a seguir (competência da Câmara), mas a calçada só foi intervencionada no dia vinte de novembro (competência da Junta).

A Câmara respondeu, passo a citar: "No seguimento do seu mail, sobre o assunto em epígrafe, encarrega-me a Chefe de Divisão das Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública, de informar que o assunto foi encaminhado para a União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, para atuar em conformidade". Esta intervenção foi parcialmente efetuada após a realização da Festa da Fumeiro. Mas a passadeira mantém-se com estacionamento indevido no passeio por falta de pilaretes, colocando as pessoas em risco.

Se percorrermos a Freguesia do Laranjeiro, daremos conta de que foram feitas várias intervenções em zonas onde existem passadeiras com pilaretes novos, como exemplo temos a rua José Carlos de Melo, rua Luís de Camões, rua 8 de Setembro, tendo em conta a urgência da situação. Mas, em outras zonas, os pilaretes são diferentes uns dos outros, dando maior importância à segurança das pessoas em detrimento da estética. Porque não fazer o mesmo na referida passadeira da entrada da Praça da Portela? Porque não colocar pilaretes diferentes se a segurança e a mobilidade são mais importantes?

As competências da Junta de Freguesia são claras, e desde 2014 com a delegação de competências e execução da Câmara Municipal de Almada, para as Freguesias estabelece que: manter, reparar e substituir mobiliário urbano instalado no espaço público e conservação permanente de passeios e pavimentos pedonais em calçada, "tapa-buracos".

Em suma, venho agradecer à Câmara Municipal de Almada a sua intervenção e solicitar que rapidamente seja repostada e salvaguardada a segurança das pessoas especialmente das que têm dificuldades de mobilidade, junto à passadeira na entrada da Praça da Portela. Provavelmente a Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública, terá que pedir à Junta mais esta execução."

5.2.5 – O Senhor Município Arnaldo Fernandes Leite:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É para nós, promotores e primeiros subscritores da Petição Pública "Por uma Nova Travessia do Tejo", motivo de congratulação pelo facto do Partido Social Democrata nos ter secundado e se mobilizar em favor desta alternativa que é o túnel imerso Trafaria/Algés, e o venha institucionalmente, manifestar nesta digna Assembleia Municipal.

Por aqui se poderá avaliar a oportunidade desta nossa iniciativa, que ainda na sua fase inicial, já colheu o interesse e pelos vistos, o apoio do Partido Social Democrata.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O nosso agradecimento.

Como é fundamento desta iniciativa e está o facto de todos os dias, assistirmos ao caos que, diariamente, se submete quem necessita de se deslocar para Lisboa.

A temática defendida por alguns sobre mais transporte público, menos transporte privado, respondemos que, quem se desloca para as zonas de travessia acaba por se envolver no trânsito que se dirige principalmente para a ponte, e ainda com o que circula dentro da cidade.

É claramente imperioso criar-se uma alternativa de saída, que tecnicamente, está mais do que justificada pela absoluta necessidade de descomprimir a Cidade de Almada e as zonas circundantes.

Transportes públicos mais eficientes, com algumas evoluções, como por exemplo, o alargamento da rede do Metro Sul do Tejo a outras freguesias e, eventualmente, promover a sua travessia como um componente do túnel imerso, fazendo-o chegar a Algés, seria uma solução capaz de resolver muitas das dificuldades que hoje se nos deparam. Céticos ou não, de uma coisa todos poderemos ter a certeza. A manter-se esta situação, o desenvolvimento socioeconómico do Município de Almada continuará a ser uma miragem, continuará a ser uma utopia.

Nesta primeiríssima fase, os subscritores, embora militantes ativos do Partido Socialista, decidiram promover esta iniciativa enquanto cidadãos, no pleno uso dos seus direitos constitucionais, e não envolveram este Partido, numa iniciativa que por objetivo tem de trazer à manifesta vontade dos cidadãos do Município de Almada.

Se o Partido Socialista nos apoiar, como aliás esperamos, e o que será para nos um motivo de enorme satisfação, estaremos certos que é possível levar por diante esta demanda e contribuir para que Almada venha, a breve prazo, a tornar-se um polo de desenvolvimento e um lugar onde cada vez mais valerá a pena viver e trabalhar.

Por isso vamos continuar, agora com uma reunião pública a ter lugar, no próximo dia 11 de janeiro de 2019, no salão da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, cedência que desde já muito agradecemos.

Datada de dez de novembro passado e apesar de já contar com mais de quinhentas assinaturas, vamos fazer a apresentação formal desta Petição Pública, e suscitar o debate, para que tenhamos a oportunidade de auscultar as diversas opiniões, que daí possam advir.

É nossa firme convicção, que a construção do túnel imerso ligando a Trafaria a Algés virá a ser uma peça fundamental na melhoria da qualidade de vida, em benefício de todos os almadenses tanto no presente como no futuro.”

5.2.6 – O Senhor Município Pedro Dias Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu faço parte desse grupo de cidadãos que resolveu avançar com esta Petição Pública “Para uma nova Travessia”. Esta Petição Pública tem a cor verde, o verde da esperança, E é uma petição simples, estas pessoas pretendem mais uma travessia no Tejo. E pretendem-na aqui em Almada. E pretendem-na submersa, ligando a CRIL à A33, de Algés para a Trafaria. Pensamos nós que é uma boa solução. É uma boa solução de mobilidade e é exequível. É uma boa solução e é exequível. Estas pessoas estão motivadas, estão focalizadas neste objetivo e vamos lutar para que isso aconteça. E é claro, viemos aqui dar nota disso, dar publicidade disso e esperar que nos acompanhem nesta demanda. E porquê? Muito simples, a mobilidade na Cidade de Almada, é aquilo que todos conhecem, não vale a pena nós estarmos aqui a explicar, porque todos os dias se vê de manhã, o caos que é passar de Almada para Lisboa. E é disso que se trata. Aliás, a Margem Sul tem muito menos oportunidades de saídas, de entradas do que a Margem Norte, e isso é conhecido de todos vós. E era importante que esta travessia acontecesse. E é claro, ficaríamos muito contentes se nos ajudassem neste objetivo e também ficaríamos muito contentes se a Senhora Presidente da Câmara Municipal, também nos ajudasse pessoalmente, enquanto Presidente de Câmara, porque enquanto Presidente de Câmara é sempre uma pessoa que é muito importante nestas coisas, pelo menos pode levar a voz a outros níveis, e, portanto, isso também nos iria encher de alegria.



Referir, por último, que já temos perto de quinhentas assinaturas, temos uma cópia deste documento para quem queira receber, temos também folhas aqui connosco para poderem assinar. Portanto, quem quiser estar connosco será obviamente bem-vindo, independentemente de cor política, de credos e de religião.”

5.2.7 – O Senhor Município Fernando Cocharra:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As coletividades da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, reunidas no passado dia vinte seis de novembro, decidiram colocar nesta Assembleia Municipal a sua preocupação e descontentamento face à falta de diálogo da Câmara Municipal de Almada, para o cabal cumprimento dos protocolos já assinados e que não têm sido cumpridos.

Estas coletividades gostariam de saber se esses valores acordados anteriormente e em dívida, irão ser pagos este ano e se futuramente os próximos protocolos irão ser cumpridos atempadamente.

Não pomos em causa a legitimidade de a Câmara Municipal de Almada estabelecer os protocolos que entender, mas exigimos que aqueles que foram assumidos anteriormente sejam cabalmente cumpridos.

O seu incumprimento põe em causa o funcionamento do movimento associativo, dos subscritores e, assim, a prossecução do seu trabalho de vital importância para o bem-estar da população das nossas Freguesias e Concelho.

As Coletividades subscritoras: Clube Recreativo do Feijó, Clube Cultural e Desportivo das Construções Norte Sul, Casa dos Concelhos de Estarreja e Murtoza, Clube de Futsal de Almada, Futsal do Feijó – Associação Desportiva, Núcleo Desportivo Juvenil do Laranjeiro, Basquete Almada Clube, Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, Associação de Grupo Coral e Etnográfico Amigos do Alentejo do Feijó, Clube Recreativo de Vale Flores, Clube do Sargento da Armada, Associação Cultural do Rancho Folclórico de Vale Flores e Associação Recreativa e Cultura de Almada Sul.”

5.2.8 – O Senhor Município Alexandre Correia:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui relembrar duas datas importantes, que se aproximam, em relação à pessoa com deficiência, que é o dia três de dezembro, “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”, e o dia treze de dezembro, que é o dia em que foi assinada a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E gostaria de saber se a Câmara Municipal de Almada, está a pensar marcar essa data de alguma maneira, e já agora, assim em jeito de brincadeira, dizer ao Senhor Vereador João Couvaneiro que eu ainda estou à espera de uma reunião consigo.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Municípios, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Filipe Palma (CDU) e António Olaio (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo obviamente por agradecer todos os que aqui vieram e trouxeram intervenções, algumas delas da maior pertinência.

Relativamente ao senhor município José Joaquim Mendes Caeiro. Como sabe, nós estamos a rever não só todo o Regulamento de Estacionamento, e que tem sido de facto, mais moroso porque há sempre pequenas novidades, há sempre mais uma praca, há sempre mais um cantinho que é preciso rever, mas estamos de facto a fazer um trabalho de fundo, para a nova regulamentação do estacionamento em Almada. Eu não tenho dúvidas que a situação do estacionamento em Almada, é caótica. As pessoas focalizam-se muito na questão da Empresa ECALMA, e às vezes esquecem-se que muito também passa por um comportamento cívico de cada um. E com isso não estou a minimizar aquela que deve ser a missão da empresa, que é, por um lado fiscalizar, mas também criar condições para as pessoas poderem estacionar em condições. E como também não estou de todo



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a minimizar, aquele que é o papel da Câmara Municipal, que é a reabilitação do espaço público, para criar bolsas de estacionamento com dignidade, corredores de segurança, permitir passeios com acessibilidades para todos, é tudo isso que estamos a fazer. Eu já falei destas matérias várias vezes, também já referi várias vezes que gostaria que fossem mais rápidas na sua conclusão, mas eu espero até ao final do ano, já ter pelo menos, o Regulamento de Estacionamento finalizado para o levar à Câmara, e poder resolver desta forma grande parte dos problemas aqui mencionados.

Relativamente ao senhor munícipe João Teixeira e à Plataforma Cultural de Almada.

Deixe-me que comece por felicitar os grupos que participaram na Mostra de Teatro, os espetáculos que apresentaram, em todos os vinte cinco espetáculos, e as várias iniciativas que realizaram, e de facto, eu tive pena de não os poder ver todos, só consegui ver o último, do qual gostei muito aliás, ali no Salão da Trafaria. Mas, permita-me só que lhe lembre, que, eu penso que o último comunicado que os Senhores fizeram, era que não ia haver Mostra, que não ia haver fundo de apoio à criação teatral, e que os grupos não iam receber dinheiro. Mas não vale a pena estar a lembrar esse comunicado. Felizmente, os factos desmentiram. Felizmente houve Mostra, felizmente, tal como tínhamos dito, abriram-se os apoios para a criação teatral, e também alguns grupos já receberam, outros ainda estão para receber. Permita-me que lembre também, um facto que tem sido o nosso calvário desde o início, mas que é uma situação que herdamos, que é o facto de entidades que receberam apoios anteriormente, dados anteriormente, não terem os comprovativos regularizados. E, portanto, estamos a fazer todos os esforços, e eu depois como há uma moção justamente sobre esta questão do associativismo, e do apoio ao associativismo, eu trouxe os números das execuções deste ano, das execuções dos anos anteriores, e poderemos falar mais amplamente disso, e eu não vou repetir a questão duas vezes, o que eu lhe posso garantir, é, que os serviços têm sido incansáveis para tentar resolver no mais breve curto espaço de tempo possível, estes atrasos de pagamento. E, portanto, estejam descansados, toda a gente receberá, como têm recebido todos os apoios a que têm direito.

Aproveito para responder desde já também, ao Senhor Munícipe Fernando Cocharra, que também nestes casos, e eu não trago aqui os casos concretos porque acho que não devo, de quantos Clubes é que receberam, que montantes é que receberam e não comprovaram as despesas relativas ao dinheiro que receberam. E, portanto, estamos sempre disponíveis, estamos sempre ao vosso dispor, para resolver esta questão. Estamos inclusivamente a ver como é que legalmente... Porque há uma verdade, os Senhores receberam indevidamente apoios, sem comprovativos entregues, não foi por nós, foi pelo anterior Executivo. E, portanto, nós herdamos uma situação, que neste momento, nos penaliza a nós e a vocês. E, portanto, estamos inclusivamente, a ver como é que legalmente podemos dizer, o que foi de antes é de antes, e é da responsabilidade de quem o assumiu, e como é que nós podemos neste momento, ter uma ação célere, eficaz e não ter atrasos nos pagamentos. Esteja descansado, todos os protocolos serão integralmente cumpridos. Todos. A Câmara Municipal só pode ter uma palavra, e seja qual for o Executivo, eu disse isso várias vezes. Portanto, não vejo razão para essa preocupação. E, também aqui, relativamente ao Movimento Associativo, mais logo quando houver uma moção sobre isto, poderão entender, que ao contrário do que se diz e como as coisas são irónicas, ao contrário do que se diz, nós este ano que ainda não terminou, já damos três vezes mais apoio, executado, do que nos dois anos anteriores. Mas isso ficará para a segunda parte.

Relativamente ao senhor munícipe Ricardo Salomão. Senhor Ricardo Salomão, eu confesso que ainda não li, e peço desculpa, ainda não li o novo número da Gandaia. Estou certa que vou estar em muitas matérias em desacordo com o Senhor Vereador Joaquim Judas, mas viva a liberdade de imprensa, sempre e em todas as ocasiões. Portanto, não foi certamente da nossa parte, da minha parte, que teve qualquer comentário a uma maior ou menor imparcialidade, lutei demasiado tempo enquanto Deputada para garantir a liberdade de imprensa, entreviste, faça capas com quem quiser, desenvolva, quem me dera a mim que a Gandaia e outros órgãos de comunicação social local, possam crescer, eu já o referi noutras reuniões, também já me ouviu dizer isso várias vezes, acho que faz falta em Almada um órgão de comunicação social local. Vários, preocupa-me também a situação da TV Almada. Sei que há uma frequência de rádio, que também foi vendida, lamento que não possa haver uma rádio local.



Sobre a Travessia. Deixarei a Petição fazer o seu caminho. Aqui também, há uma moção para apreciação, sobre a Travessia Trafaria/Algés, depois poderão debater mais. Peço desculpa, ficou por responder à questão da travessia. O que eu tenho dito até agora é, a curto prazo, entre ponte e túnel, barco, barco. A médio prazo, temos que pensar de facto, temos que poder olhar um bocadinho mais longe.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para prestar um esclarecimento relativamente à intervenção que houve aqui por parte do senhor município Tito Banza, sobre a situação na praça da Portela. Convém esclarecer, que a situação a que se refere, já foi naquele período de tempo de junho até aqui resolvido. Infelizmente, voltou a haver danos no pilarete. E, portanto, tendo em conta que foram os nossos trabalhadores que tiveram que por artes mágicas, fazer um pilarete quase idêntico ao que lá estava, porque não podemos diminuir a intervenção que está ali em termos de desenho, mas logicamente que a situação foi atempadamente resolvida.

Em relação à questão da passadeira. De facto, ocorreu um acidente que derrubou o sinal de trânsito, o sinal de trânsito é uma competência da Câmara Municipal. Todavia, os trabalhadores da Câmara Municipal deslocaram-se, e colocaram o sinal, e lamentavelmente não repuseram a calçada. Mas, a Junta de Freguesia, passados dias, fez essa mesma reposição e, portanto, penso que isso convém, nós, quando dizemos que fazemos alguma intervenção, também contar a história toda como ela é. E, já agora, agradecer o reconhecimento do trabalho que a Junta de Freguesia tem feito ao nível do espaço público, em termos de rebaixamento no acesso às passadeiras e a melhoria da circulação dos peões.”

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal António Olaio (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, por respeito à verdade e respeito também às estruturas deste Concelho, nomeadamente às estruturas do Teatro que estão reunidas na Plataforma Cultural.

Portanto, aquilo que aconteceu, foi que a Plataforma Cultural, não disse que não iria haver Mostra de Teatro, nem disse que não iria haver Programa. Manifestou sim, num comunicado que fez, manifestou preocupação à possibilidade de a Mostra de Teatro e a linha de apoio aos grupos teatrais, se realizarem. Manifestou preocupação. Nunca disse que não se iam realizar. Essa é a verdade.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – A iniciar o período, foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo falecimento de João António Vicente, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de João António Vicente.

Faleceu no passado dia 6 de Outubro de 2018, João António Vicente, Presidente da Direção da Associação Intervenção Democrática e Diretor Executivo da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

João António Vicente era Engenheiro-Técnico Agrário pela Escola Agrícola de Santarém. Desde muito novo integrou a luta de resistência ao regime fascista, aderindo ainda jovem às estruturas da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de oposição ao fascismo, integrando posteriormente o Movimento Democrático Português (MDP/CDE) herdeiro daquela estrutura após a Revolução de Abril de 1974.

Integrou a Associação Intervenção Democrática – ID em 2001, vindo a ser eleito Presidente da Direção da Associação em Maio de 2017, cargo que exerceu até ao seu falecimento.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

João Vicente era igualmente Diretor Executivo da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, integrando a Direção daquela organização, depois de ter passado também pela sua Presidência, e tendo nessa qualidade constituído e apoiado a intervenção do núcleo de Almada daquela Confederação.

Enquanto democrata, militante e ativista político, João Vicente foi candidato em representação da Associação Intervenção Democrática e integrando as listas da Coligação Democrática Unitária, a diversos cargos políticos, assumindo atualmente o mandato de Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Setúbal, eleito nas listas da CDU em Outubro de 2017.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2018, expressa a toda a Família de João António Vicente, à Direção da Associação Intervenção Democrática, à Direção da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, aos seus inúmeros Amigos, e a todos os Democratas Portugueses, as mais sentidas condolências, afirmando nesta hora de luto e dor a mais profunda solidariedade e amizade, na certeza de que partindo fisicamente do nosso convívio, permanecerá para sempre entre nós o espírito, a coragem e a determinação que o João Vicente sempre colocou na luta pela construção de um mundo melhor e mais fraterno para todos os Homens na Terra.”

6.1.2. Pelo falecimento do Professor Silva Marques, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José Gabriel (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Silva Marques.

O Professor António José Alves da Ponte e Silva Marques faleceu no passado dia 8 de Novembro de 2018, aos 90 anos de idade.

Licenciado em Educação Física, o Professor Silva Marques lecionou na Escola Secundária de Emídio Navarro entre os anos letivos de 1966/1967 e 1980/1981, com duas interrupções para comissões de serviço na Direção-Geral do Ensino Básico e na Direção-Geral do Desporto.

Foi também professor de ginástica no Ginásio Clube do Sul e outros clubes de Almada e da região.

O Professor Silva Marques marcou várias gerações de estudantes Almadenses, ajudou a construir os caminhos de muitos vencedores em diversas modalidades, sendo reconhecido entre os seus pares e principalmente pelos seus alunos, como professor exemplar, promotor do desenvolvimento da atividade física e desportiva escolar e da formação integral dos homens e mulheres.

O trabalho de exceção que executou na formação de jovens ao longo de várias décadas da sua vida profissional, onde se destaca a sua atividade enquanto professor nas modalidades de voleibol, boxe e luta greco-romana e de membro de Comité Olímpico de Portugal e da Federação Internacional do Desporto Escolar, granjeou-lhe reconhecimento geral e institucional a diversos níveis.

Reconhecendo o seu extraordinário contributo como professor e formador, a Câmara Municipal de Almada deliberou em 1994, por unanimidade, atribuir ao Professor Silva Marques a Medalha de Ouro de Mérito Desportivo, e o Ginásio Clube do Sul decidiu no ano seguinte atribuir-lhe igualmente o Troféu Prestígio Ginasista.

Mais recentemente, o Professor Silva Marques foi homenageado em 2005 pela Escola Emídio Navarro no âmbito das comemorações do seu Cinquentenário, com a atribuição do seu nome à sala do Ginásio, espaço onde se realizam as mais solenes cerimónias nos momentos especiais para o Agrupamento de Escolas de que a Escola é sede.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 28, 29 e 30 de Novembro de 2018, delibera expressar à Família do insigne Cidadão e Professor, aos seus antigos alunos, aos seus inúmeros amigos e conhecidos e ao Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, os mais sentidos pêsames e solidariedade num momento de luto e dor que o seu desaparecimento físico representa, pela perda física do Homem de Cultura e Saber que foi e é António José Alves da Ponte e Silva Marques, mas na certeza de que deixando a partida do



Professor e do Amigo Almada mais pobre, permanecerá no entanto para sempre entre nós o seu exemplo de vida e de trabalho.”

6.1.3 – Pelo falecimento do ator Paulo Guerreiro, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Olaio (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Ator Paulo Guerreiro.

Paulo Guerreiro, ator da Companhia de Teatro de Almada onde se formou e estreou como profissional em 1987, faleceu no passado dia 13 de Novembro aos 48 anos de idade.

Nascido em 1970, Paulo Guerreiro participou em diversas produções da Companhia de Teatro de Almada, destacando-se as suas interpretações em “Afonso VI”, de Fonseca Lobo (1987, ano da sua estreia como profissional), “A vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança” (1992), de António José da Silva, “Othello” (1993), de Shakespeare, “Molière” (1994), de Bulgakov, “A Mãe” (2010), de Bertold Brecht/Gorki, “Tuning (2010), de Rodrigo Francisco, produções todas elas dirigidas por Joaquim Benite.

Paulo Guerreiro integrou ainda os elencos dos espetáculos “O valente soldado Schveik” (1994), de Jaroslav Hasek, encenado por Jorge Listopad, “O luto vai bem com Electra” (2010), de Eugéne O'Neill, encenado por Rogério de Carvalho, e “Do Amor” (2011), de Lars Norén, com encenação de Solveig Nordlund.

“Negócio Fechado”, de David Mamet, e “Em Direção aos Céus”, de Odön von Horvath, ambos com encenação de Rodrigo Francisco, foram os dois últimos espetáculos em que participou na Companhia de Teatro de Almada.

Paulo Guerreiro participou igualmente em séries de televisão de que se destacam os papéis em “Duarte e Companhia”, “Médico de Família” ou “Super Pai”, entre outras.

Confrontada com a notícia do falecimento do Ator Paulo Guerreiro, Cidadão e Homem de Teatro que muito contribuiu para o desenvolvimento cultural e artístico do Concelho de Almada e do País, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 28, 29 e 30 de Novembro de 2018, expressa à Companhia de Teatro de Almada, onde Paulo Guerreiro se formou como Ator e iniciou a sua carreira profissional, à Família enlutada e aos homens e mulheres do Teatro em geral – atores, encenadores, técnicos e público –, os mais sentidos pêsames pela perda física do Homem de Cultura e Artista Paulo Guerreiro, e toda a solidariedade neste momento difícil de luto e dor por que todos passamos.”

6.1.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, que foram todos aprovados por unanimidade.

6.1.5 - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para tratar de assuntos de interesse do concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS) para apresentar a *Saudação aos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação aos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite.

O Arsenal do Alfeite e a importância de o estado português apostar na sua revitalização enquanto ativo estratégico do país, potenciando ao máximo o aproveitamento da sua capacidade e competência técnicas que, como é sabido, são únicas no mundo, são matérias que, recorrentemente, têm sido trazidos à Assembleia Municipal de Almada.

Ora, todos concordámos que um dos pilares cruciais para a concretização deste propósito era o de que, a manutenção e a reparação dos submarinos da classe tridente passassem a realizar-se nas suas instalações, o que permitiria, para além do necessário salto tecnológico com a inerente modernização logística do estaleiro, a



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

consolidação de um projeto âncora e de futuro que, de forma sólida e consistente, possibilitasse a obtenção das tão necessárias condições de sustentabilidade económica à sua atividade.

E, senhores deputados, podemos agora congratularmo-nos porque, de uma mera expectativa, passamos a uma situação factual: o submarino Tridente entrou e está em reparação na doca seca do Arsenal do Alfeite, ou seja, o tiro de partida para a tão discutida e ansiada modernização do estaleiro foi dado.

Mais, se pensarmos ainda no seu posicionamento geoestratégico do estaleiro, nas condições climáticas únicas do nosso país e na especialização tecnológica por essa via adquirida, permitimo-nos pensar que o horizonte da atividade do Arsenal do Alfeite pode alargar-se a um novo e rentável campo de negócio, ligado à reparação e manutenção de submarinos, que não só os da marinha portuguesa, posicionando-o na primeira linha mundial da reparação naval militar.

Com efeito, sendo certo que a maioria dos submarinos dos países da América Latina, do Médio Oriente e África são de fabrico alemão e que uma pequena reparação/manutenção tem um custo médio de cinco milhões de euros e as intermédias de 25 milhões de euros, é fácil de perceber o potencial desta nova atividade para o Arsenal do Alfeite.

Relembro aqui as palavras do então Secretário de Estado da Defesa Nacional, Marcos Perestrelo, que, sobre o acordo tripartido de cooperação entre a Marinha, o Arsenal do Alfeite e os estaleiros Alemães da TKMS, ao abrigo do qual, após o necessário intercâmbio e formação de pessoal e modernização tecnológica e logística do estaleiro, previa que os submarinos fossem reparados e mantidos em Almada, disse:

“... este acordo nasceu em torno da necessidade de capacitação do Arsenal do Alfeite para a reparação do submarino Tridente, e por sugestão do próprio estaleiro alemão, o acordo foi alargado aos navios de superfície...”. “...Estamos perante uma grande oportunidade para o Arsenal do Alfeite se modernizar e ter um futuro promissor, tendo sido realizados investimentos de 3,5 milhões de euros na formação de pessoal, aquisição de equipamento, modernização oficial e na empreitada de dragagem...”.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão plenária a 28 de novembro de 2018 delibera congratular:

1. os trabalhadores do Arsenal do Alfeite porque sem a sua comprovada e única capacidade técnica não seria possível sequer considerar este estaleiro como tendo capacidade para receber a reparação e manutenção dos novos submarinos da Marinha de Guerra Portuguesa;
2. o Governo e a Administração do Arsenal do Alfeite por, respetivamente, celebrarem e concretizarem um acordo tripartido que permitiu trazer para Portugal e Almada a reparação e manutenção dos novos submarinos com toda o potencial de desenvolvimento que essa atividade pode representar para o país.”

6.2.2 - O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE) para apresentar a moção pela *Prestação do serviço público no domínio postal e universal nos CTT*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação pela prestação do serviço público no domínio postal e universal nos CTT.

Considerando que:

Os CTT são, atualmente, uma empresa inteiramente privatizada desde 2013, sendo Portugal o quinto país do mundo com correios integralmente privados;

Na Dinamarca e no Reino Unido as privatizações foram revertidas, devido ao mau desempenho de serviço, que se quer garantido e ao serviço de todos;

Os CTT prestam um serviço público essencial, pelo que o Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal se encontra adstrito às bases gerais para prestação do serviço previstas nos Decreto-Lei 160/2013, de 19 de novembro, na sua redação atual;



A entrega diária de correio acabou em muitas localidades, sendo o serviço prestado apenas uma ou duas vezes por semana, em zonas rurais, para desespero de muitos e muitas pensionistas devido ao atraso da entrega dos vales de pensões;

Foi violado o contrato de concessão na Base VII, uma vez que não se manteve a qualidade, continuidade e disponibilidade do serviço prestado pelos CTT;

Segundo a ANACOM, a empresa concessionária encontra-se a violar o contrato de concessão em quase metade dos indicadores de qualidade (5 de 11);

Duplicaram as reclamações do público relativamente ao serviço prestado pelos CTT em apenas dois anos (2015-2017);

Se encontram previstos mais encerramentos de balcões dos CTT até ao fim deste ano, dando-se primazia apenas ao Banco dos CTT, prevendo-se o despedimento de mais trabalhadores e passando o serviço a ser efetuado por lojas de comércio a retalho, papelarias, mercearias, entre outros, o que não garante a qualidade e eficiência do mesmo;

O Estado pode rescindir a concessão *“em casos de violação grave, contínua e não sanada ou não sanável das obrigações da concessionária”*. *“Esta rescisão é da competência do membro do Governo responsável pela área das comunicações e produz efeitos mediante notificação à concessionária, independentemente de qualquer formalidade.”*

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de novembro de 2018, delibera:

- 1 – Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, desde a data da sua privatização em 2013;
- 2 - Expressar a sua indignação pelo contínuo incumprimento do contrato de concessão e das normas que regulam o serviço de entrega postal universal;
- 3 - Exortar o Governo a adotar medidas de proteção do serviço de entrega postal universal, como a reversão da privatização do serviço e conseqüente regresso do mesmo à esfera pública, por se afigurar como absolutamente essencial para proteção dos direitos e interesses dos cidadãos.”

6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE) para apresentar a recomendação *Condenação da Cultura de Ódio nas Escolas*;

Moção/Recomendação de condenação da cultura de ódio nas Escolas.

Considerando que:

Nas últimas semanas foram colados mais de 1000 cartazes em cerca de 300 escolas de várias cidades do país, por parte de uma organização de extrema-direita, com uma mensagem associada ao ódio e fobia em relação à diversidade e aos direitos das pessoas LGBTI.

O Conselho da Europa (CE) reconhece que lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) ainda estão sujeitos à homofobia, transfobia e outras formas de intolerância e discriminação, incluindo marginalização, exclusão social e violência em razão da sua orientação sexual ou identidade de género, e que ações específicas são necessárias para assegurar a plena garantia dos seus direitos humanos.

O CE reconhece a necessidade de medidas de proteção contra a discriminação por parte das estruturas estatais e não estatais:

(https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805cf40a)

O CE insta os Estados-Membros a tomar medidas apropriadas para combater todas as formas de expressão que possam incitar, promover ou disseminar mensagens de ódio ou outras formas de discriminação contra pessoas LGBT, e recomenda que o discurso de ódio deva ser proibido e reprovado sempre que aconteça. Representantes públicos devem promover a tolerância e o respeito pelos direitos humanos das pessoas LGBT.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As crianças e os jovens devem ver salvaguardado o direito à educação num contexto seguro e livre de violência, bullying, exclusão social e outras formas de tratamento discriminatório e degradante relacionado com a sua orientação sexual ou identidade de género.

Também a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) – Portugal + Igual, aprovada a 10 de Janeiro de 2018, inclui Orientações que recomendam o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais nas políticas da administração pública central e local, e a promoção dos direitos das pessoas LGBTI;

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de novembro de 2018, delibera:

1. A condenação clara destes atos associados a discurso de ódio;
2. A retirada imediata dos cartazes que ainda se encontrem nas escolas ou que possam vir a ser colocados;
3. A participação à Procuradoria-Geral da República da organização que colocou os cartazes com mensagens de ódio;
4. De acordo com as recomendações do Conselho da Europa, instar o Estado a desenhar e implementar medidas nas escolas que promovam a igualdade e a segurança, assim como formação para a diversidade e contra a discriminação.”

6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE) para apresentar a moção *Contra a Precariedade Laboral, Solidariedade com os Estivadores eventuais no Porto de Setúbal*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Contra a precariedade laboral. Solidariedade com os estivadores eventuais no porto de Setúbal.

Está a decorrer uma greve de protesto dos estivadores eventuais do porto de Setúbal, contra as condições de precariedade de trabalho.

Esta é a resposta dos trabalhadores face à inércia das entidades patronais e governativas que continuam sem dar resposta à precariedade laboral extrema que se verifica há um quarto de século.

A desproporção existente entre o número de trabalhadores efetivos, com contrato sem termo e o de trabalhadores precários, com contrato temporário ao turno, é de tal forma gritante que representa hoje uma relação de um trabalhador efetivo para cada dez trabalhadores precários, seja em cada navio, em cada serviço ou mesmo na globalidade do trabalho em todo o porto.

Acresce a irregularidade/ilegalidade de, para uma mesma profissão, se perpetuarem duas progressões salariais diferenciadas, não permitindo aos trabalhadores mais novos que executam as mesmas tarefas e funções ou em casos com regularidade frequente, funções mais especializadas, auferirem sequer metade do salário devido aos estivadores mais antigos, numa violação clara do princípio constitucional que institui que a trabalho igual deve corresponder salário igual.

Para além da inadmissível taxa de precariedade, existem ainda situações de negação do direito de receber o subsídio de baixa por doença, pelo facto de não terem vínculo à empresa, quando na verdade têm em média 22 dias ou mais de trabalho mensal com esta mesma empresa, ou as péssimas condições em que se encontram alguns dos equipamentos com que laboram diariamente, colocando em causa a sua segurança e a da operação portuária.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 28 de Novembro, delibera:

- 1 – Manifestar a sua total solidariedade com a justa luta dos estivadores eventuais do porto de Setúbal;
- 2 – Manifestar o seu apoio à rápida finalização da negociação de um novo contrato coletivo de trabalho que permita estabelecer a normalidade do funcionamento do porto de Setúbal.”



6.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE) para apresentar a saudação *Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres – 25 de novembro*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres – 25 de novembro.

Reconhecendo que a violência contra as mulheres é uma ferida que rasga a sociedade portuguesa e todas as sociedades sob formas diversas, nomeadamente o assédio, as violações e os assassinatos, e que essas feridas são mais profundas quando se fala nas mulheres negras, mulheres ciganas, mulheres migrantes, mulheres pobres, mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, e outras mulheres excluídas ou discriminadas pela sociedade.

Considerando que, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2017, 80% das vítimas do crime de violência doméstica são mulheres e 84% dos denunciados são homens. Quanto à relação de parentesco ou intimidade com as vítimas 53,3% dos casos correspondem a cônjuges ou companheiros, 17,2% ex-cônjuges ou ex-companheiros, 15,1% a vítima era filho, filha, ou enteado ou enteada, em 5,2% a vítima era pai/mãe/padrasto/madrasta e em 9,3% dos casos correspondia a outras situações.

Assinalando que, de acordo com o relatório preliminar do Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, durante o ano de 2018 (até 20 de novembro) 24 mulheres foram assassinadas em Portugal em contextos de intimidade ou relações familiares próximas, e outras 16 viram a sua vida ser atentada, e que em 2017 se registaram 20 femicídios e 23 tentativas de assassinato de mulheres. Relativamente a 2018, as relações de intimidade, presentes e passadas, representam 67% do total dos autores dos femicídios noticiados (63% maridos, companheiros ou namorados, 4% ex-maridos, ex-companheiros ou ex-namorados) e 33% eram ascendentes diretos. Em pelo menos 50% dos casos já havia um historial de violência doméstica nessa relação de intimidade ou familiar privilegiada. Relativamente ao local do crime, 92% destes assassinatos de mulheres foram perpetrados em casa e 8% na via pública. Ao nível das tentativas de assassinato, 69% dos autores do crime tinham uma relação de intimidade presente com a vítima, e 19% eram ex-maridos, ex-companheiros ou ex-namorados, 12% são ascendentes diretos.

Recordando os nomes das mulheres assassinadas em 2018, Angélica, Céu, Margarida, Marília, Vera, Silvina, Nélia, Maria Albertina, Maria de Lurdes, Ana, Arminda, Margarida C., Maria da Luz, Etelvina, Olga, Christine, Jaqueline, Alice V., Amélia, Áurea e Alice, e todas as outras não identificadas nem nomeadas nas notícias, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 28 de Novembro de 2018, saúda as iniciativas do dia 25 de novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres realizada em Lisboa, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência.”

6.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) para apresentar a recomendação *Redução da Pegada Ecológica do concelho de Almada*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação Redução da pegada ecológica do Concelho de Almada.

Considerando que:

- a) Em 2015, Portugal, em conjunto com outros 194 países, assinou o Acordo de Paris, um compromisso com o principal objetivo de conter o aquecimento global do planeta ao reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. A comunidade internacional comprometeu-se a limitar a subida da temperatura bem “abaixo dos dois graus Celsius” e a prosseguir esforços para “limitar o aumento da temperatura a 1,5 graus Celsius” em relação a níveis pré-industriais;
- b) A nível nacional e local têm-se desenvolvido inúmeras medidas no sentido de mitigar os efeitos das alterações climáticas e respeitar o Acordo de Paris, existindo, ainda assim, um enorme caminho a ser percorrido. Vários estudos identificam a Pegada Ecológica como uma ferramenta para calcular o impacto



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que cada um de nós tem no ambiente, através dos nossos hábitos de consumo e estilos de vida, contribuindo desta forma para a identificação dos principais agentes poluidores; é usada para medir as necessidades de determinada população em comparação com a capacidade dos ecossistemas para providenciar essas necessidades ou a sua biocapacidade;

- c) Neste sentido, a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, numa parceria com a Global Footprint Network e com a unidade de investigação GOVCOPP da Universidade de Aveiro está a desenvolver um estudo pioneiro a nível mundial e calcula pela primeira vez a Pegada Ecológica e a Biocapacidade de cada concelho. Este projeto intitulado: “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” começou por incidir sobre seis municípios, de entre os quais Almada;
- d) Os dados são de 2016 e revelam que a Pegada Ecológica de Almada corresponde a 4,08 hectares globais por habitante, sendo 4% acima da média nacional e que a sua biocapacidade é de 0,24 hectares globais por habitante, isto é, 81% abaixo da média nacional. Assim, as contas são bem reveladoras, para o consumo ser sustentável, “seriam necessários 2,4 planetas Terra se toda a população mundial vivesse como um cidadão de Almada” (ZERO);
- e) Recentemente, no jornal Expresso, foi publicado um artigo sobre os principais resultados deste estudo no concelho de Almada com o título: “Consumo de peixe e carne é a principal causa da grande Pegada Ecológica do concelho de Almada”, realçando que a alimentação e as escolhas alimentares são as principais responsáveis pela elevada Pegada Ecológica do concelho;
- f) Segundo o estudo da ZERO, a alimentação representa a maior componente da Pegada Ecológica dos 170 mil residentes do concelho de Almada, com um peso de 28%, seguida dos transportes, com 21%, sendo que a principal causa responsável pela elevada pegada da alimentação é o consumo de peixe (26%) e de carne (23%);
- g) Já em 2015, a Global Footprint Network tinha revelado que a alimentação é o que mais pesa na Pegada Ecológica de Portugal e é o elemento que mais pressão traz aos ecossistemas. Portugal tem a 9.ª Pegada Ecológica mais pesada do Mediterrâneo e tem a maior Pegada Ecológica em termos de alimentação. Dos países do Mediterrâneo, Portugal é o que tem a dieta mais intensiva em proteína animal, sobretudo devido ao elevado consumo de peixe;
- h) Num relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas existe um aviso claro: temos poucos anos para mudar o comportamento de modo a evitar os efeitos nefastos do aquecimento global e isso passa também pela mudança nos nossos hábitos alimentares. Em Portugal comemos carne a mais, é a própria Direção Geral de Saúde que o diz;
- i) Segundo Oliver de Schutter, responsável da ONU entre 2008 e 2014 pela área “Direito à Alimentação”, a indústria da carne e dos laticínios está próxima de ultrapassar a indústria petrolífera como a maior poluidora do mundo e é por isso imperativo encontrar alternativas mais sustentáveis à atual dieta. Pode ler-se no relatório de 2018 da ONG Grain: “os setores industriais da carne e dos laticínios são grandes contribuidores para as mudanças climáticas, mas têm escapado ao escrutínio do público”;
- j) Almada tem realizado um trabalho positivo na identificação dos problemas ambientais e nos setores que mais contribuem para a emissão de gases com efeito de estufa (GEE), no entanto e com base nos resultados deste estudo, é necessária a implementação de medidas concretas e motivadoras de novos hábitos de consumo no concelho, nomeadamente no que diz respeito às escolhas alimentares.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A criação de uma campanha de sensibilização da população para os impactes ambientais causados pelo excessivo consumo de carne e de peixe e para a necessidade de criação de hábitos alimentares baseados em alternativas sustentáveis;



2. A introdução, em todos os eventos gastronómicos que a Câmara Municipal de Almada venha a apoiar ou a organizar, sempre que possível, de opções que não tenham como base produtos de origem animal;
3. No Concurso Gastronómico “Sabores de Almada”, promovido pela Câmara Municipal de Almada, seja incluída a categoria “Cozinha Vegetariana”, bem como instituído um prémio para o “Melhor Prato Vegetariano”.

6.2.7 – A Senhora Deputada Margarida Lourenço (PS) para apresentar o voto de congratulação *Mais e melhor transporte público na Área Metropolitana de Lisboa;*

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Congratulação - Mais e melhor transporte público na Área Metropolitana de Lisboa.

A mobilidade urbana é um dos principais desafios para as sociedades contemporâneas. Nos últimos anos, o modelo de desenvolvimento urbano associado a um subinvestimento em transporte público conduziu a uma situação de forte dependência do transporte individual.

As implicações são evidentes e são bem negativas na qualidade de vida dos cidadãos, a nível ambiental, na diminuição da competitividade do território, na balança externa do país, bem como, na promoção de injustiça social, na medida em que são as classes mais baixas que mais sofrem com os preços elevados dos transportes públicos.

Assim, torna-se imperativo desenvolver uma política de transportes que privilegie o transporte público coletivo, os modos partilhados, a maior eficiência energética e a adoção de energias limpas, com vista tanto à redução do uso do veículo próprio, como à promoção da descarbonização.

No pretérito dia 17 de outubro, a Área Metropolitana de Lisboa e os 18 municípios que a integram assumiram um conjunto de compromissos que são um marco para a melhoria dos transportes e da mobilidade dos cidadãos na região. Com o objetivo de disponibilizar uma plataforma de bilhética comum a todos os operadores de transportes e a criação de um sistema de bilhética único, a comissão executiva da Área Metropolitana de Lisboa foi mandatada para a criação de uma empresa local (metropolitana); foi ainda aprovada a utilização de uma marca única e exclusiva para todos os serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal e intermunicipal da AML.

Ainda no mesmo dia, por parte dos municípios, tendo em consideração a necessidade de cofinanciamento do sistema de transporte, foi assumida a participação de cerca de 31.225.000 de euros, cabendo ao Município de Almada a participação no montante de cerca de 1,8 Milhões de euros anuais, tendo este Município inscrito na sua proposta de orçamento para 2019 o valor necessário à data de implementação desta medida, no valor de 1,4 Milhões de euros.

Todas estas medidas permitirão, com um sistema de bilhética único, circular dentro dos municípios a um valor máximo de 30 euros e dentro da Área Metropolitana de Lisboa a um custo de 40 euros, medida esta, participada e inscrita no Orçamento do Estado para o ano de 2019.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 28 de novembro de 2019, delibera:

- 1- Congratular o XXI Governo da República pela inscrição na proposta do Orçamento de Estado para 2019 da medida que visa financiar o passe único a custos reduzidos, com uma dotação orçamental na ordem dos 80 Milhões de euros;
- 2- Congratular o Conselho Metropolitano de Lisboa pela criação da empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa;
- 3- Congratular o Município de Almada pela participação financeira com o objetivo de reforçar a rede de transportes, o que corresponderá a um esforço financeiro para o Município na ordem de 1,8 Milhões de euros anuais.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar a moção *1ª Grande Guerra Memorial e Homenagem aos Antigos Combatentes e aos militares das Forças Armadas Portuguesas*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação sobre 1ª Grande Guerra. Memorial e Homenagem aos Antigos Combatentes e aos militares das Forças Armadas Portuguesas.

Aproveitando o passado dia 11 do presente mês, dia evocativo do Armistício, o fim da Grande Guerra, Almada não pode deixar passar em claro uma sentida homenagem não só a esse dia histórico e de grande importância para todo o mundo, mas reconhecer e homenagear em simultâneo todos aqueles homens que ao serviço da pátria, pereceram e combateram entre os demais o Corpo Expedicionário Português.

Depois de quatro anos de um conflito que dizimou milhares de vidas humanas maior parte delas os combatentes de guerra, Portugal viu tombar muitos dos seus homens na célebre, mas desastrosa Batalha de La Lys no dia 9 de Abril de 1918 em terras da Flandres, Bélgica.

Passados 100 anos do fim da Grande Guerra além de toda uma sentida reflexão que o mundo deverá fazer nos dias de hoje, a fim de restabelecer a paz onde existem conflitos armados evitando outros em grande escala, não deixa de ser importante o reconhecimento público de todos aqueles portugueses que tiveram intervenção na Grande Guerra desde os combatentes de frente de guerra aos seus familiares e descendentes.

Este sentido e honroso reconhecimento estende-se também a todos os combatentes almadenses e às suas famílias a quem a Assembleia Municipal de Almada presta uma verdadeira homenagem que deverá perdurar no tempo e na memória de todos os almadenses. É tempo de reconhecer e de celebrar a Paz.

Tal como tem vindo a ser concretizado noutros concelhos do distrito e no país, também Almada deverá homenagear os antigos combatentes através de uma cerimónia pública para o efeito, erguendo em simultâneo um memorial em local a definir no concelho, que preste as verdadeiras homenagens aos militares combatentes e suas famílias, reconhecendo a importância do fim da Grande Guerra para o mundo.

Este mesmo reconhecimento, deverá estender-se a todos os militares que no passado e no presente, representaram e representam o país nas mais diversas missões internas e externas, dignificando o papel fundamental que as Forças Armadas tiveram e continuam a ter para Portugal no garante da estabilidade e da segurança nacional.

Desta feita, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2018 na localidade do Laranjeiro, delibera homenagear de forma sentida os antigos combatentes e suas famílias almadenses que combateram na Grande Guerra, saudando ao mesmo tempo a importância que a data dos 100 anos do Armistício tem para a manutenção da Paz em todo o mundo.

Delibera ainda, que essa mesma homenagem possa ser concretizada publicamente, erguendo em local devidamente a considerar no concelho de Almada, um memorial que reflita essa homenagem do povo almadense aos combatentes da Grande Guerra tal como um reconhecimento do papel que as Forças Armadas e os militares têm tido na manutenção da segurança do país e um pouco por todo um mundo.”

6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar a moção *Iluminação do Terminal de Cacilhas*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Iluminação no Terminal de Cacilhas.

Durante vários anos consecutivos os utilizadores do Terminal em Cacilhas viram-se privados de uma iluminação condigna que lhes garantisse não só comodidade, mas também segurança a quem tinha de utilizar os vários transportes disponíveis no respetivo local.

A falta de uma iluminação adequada nos dois principais postes que iluminam o terminal criava junto dos cidadãos um sentimento de abandono, de desleixo e de interesse pelo menos, ao mesmo tempo que prejudicava



toda a ação de entrada e saída de passageiros, a circulação e o estacionamento de autocarros devido a uma visibilidade deficiente resultante do não funcionamento dos postes de iluminação em questão.

Apesar dos vários avisos por parte das populações, nada foi concretizado para a resolução do problema em apreço, permanecendo sem iluminação adequada ao espaço até ao último mês de Outubro, o Terminal de Cacilhas.

Essa insistência por parte das populações, levou a que fossem finalmente tomadas medidas a fim da resolução do problema, tal como veio a acontecer entretanto, contribuindo desta feita, para o retorno de uma maior visibilidade trazendo consigo mais comodidade e segurança aos cidadãos.

Contudo, e apesar dessa melhoria significativa e indispensável do retorno da iluminação aos postes de referência que iluminam o Terminal de Cacilhas, fica ainda a faltar a iluminação nos abrigos, mais conhecidos por Paragens, pois a sua ausência continua a dificultar a utilização do mesmo terminal junto dos seus utilizadores.

Desta feita, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2018 na localidade do Laranjeiro, vem através desta tomada de posição:

- 1 - Saudar a Câmara Municipal de Almada pela recolocação em funcionamento dos dois postes que iluminam o Terminal de transportes de Cacilhas, reconhecendo a sua importância para a comodidade, segurança e dignificação do espaço em questão
- 2 - Reconhecer a necessidade urgente da recolocação da iluminação nos abrigos/paragens no mesmo Terminal, devolvendo uma melhor visibilidade, comodidade e segurança aos cidadãos."

6.2.10 – A Senhora Deputada Municipal Vanda Silva (PS) para apresentar a *Saudação pela organização de Festival Literário Read On*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação pela organização do Festival Literário Read On.

No passado mês de outubro, realizou-se o maior festival de promoção da leitura, nunca antes visto no Concelho de Almada. O evento que, durante três dias, trouxe ao Solar dos Zagallos centenas de famílias, foi organizado pela Câmara Municipal de Almada e pelo Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté, em resultado de um projeto europeu de promoção da leitura, iniciado em 2017.

O projeto europeu, cuja candidatura foi assumida pelo AE Carlos Gargaté, contou com a participação de outros seis parceiros Europeus, alargando os horizontes da Escola/Agrupamento e do concelho de Almada a países como: Noruega, Itália, Espanha, Reino Unido e Irlanda.

Durante largos meses foram sendo desenvolvidas, no âmbito do projeto, atividades diversificadas que contaram com o envolvimento de todos os parceiros, culminando com a realização do Festival Literário, organizado pela Autarquia e para o qual foram convidadas todas as escolas do concelho de Almada.

O desafio lançado pelo projeto europeu READ ON, contou com a participação de diversos convidados, alguns deles naturais de Almada, como Carlão ou do distrito, como Bárbara Bandeira, num festival que teve a escrita, a leitura e as conversas com autores como fator catalisador das aprendizagens, permitindo experimentar outras formas artísticas que dela decorrem.

Durante o festival, foi possível espreitar a feira do livro e ouvir contadores de histórias. Assistir a espetáculos de música e dança, participar em encontros com escritores e humoristas, participar em workshops de banda desenhada e de escrita criativa, em videocasts/podcasts e fazer ciência com os The Inventors.

O festival, contou ainda com a participação de um dos maiores escritores contemporâneos de língua portuguesa, *Mia Couto*, com o qual foi possível estabelecer, através de videoconferência, um interessante debate sobre a sua obra.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estiveram ainda presentes no festival o contador de histórias Serafim, a escritora e ilustradora *Danuta Wojciechowska* e a artista plástica/ilustradora *Joana Mosi*.

Salienta-se que o apoio da Autarquia permitiu que milhares de jovens em idade escolar, entre os 12 e os 19 anos e respetivas famílias, participassem ativamente nas diversas atividades, que foram transmitidas online, em direto, através da plataforma YouTube, garantida com o apoio da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL). A visibilidade da iniciativa contribuiu para o enriquecimento do património literário, cultural e artístico, de todos os quantos participaram no evento, mas também de Almada, enquanto Cidade que se pretende cada vez mais Educadora, Inclusiva e Inovadora.

Foram registados cerca de 4000 participantes na 1ª edição do READ ON, pelo que se saúda veementemente a Câmara Municipal de Almada pela iniciativa, aguardando a sua continuidade nos próximos anos.”

6.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU) para apresentar a moção/deliberação *Sobre o processo de renovação da Licença Ambiental da Empresa Sovena;*

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação sobre o processo de renovação da Licença Ambiental da empresa Sovena.

No passado dia 10 de outubro, em reunião da 3ª Comissão Permanente desta Assembleia Municipal, na qual estiveram presentes o Sr. Vereador Nuno Matias acompanhado pelos técnicos do Departamento de Inovação, Ambiente, Clima e Sustentabilidade, foram apresentadas aos membros desta comissão informações sobre o processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) da Sovena Oil Seeds Portugal, conduzido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e no âmbito da renovação da Licença Ambiental desta empresa.

Nesta reunião, profícua em informações pertinentes e importantes sobre toda a envolvente deste processo, ficámos a saber que a APA encerrou o procedimento de AIA da Sovena inconclusivamente, prorrogando a vigência da Licença Ambiental de 2007 da Sovena por prazo indeterminado, alegando, na sua justificação, que se encontrava a analisar um conjunto alargado de projetos entregues por esta empresa.

Pelo facto de o motivo conducente à abertura da AIA ter sido o aumento, entre 2012 e 2014, da capacidade produtiva da Sovena em mais de 20% e dos projetos já referidos anteriormente, os quais não são do conhecimento desta Assembleia Municipal, levantam-se-nos uma série de preocupações pela não existência de uma Licença Ambiental atualizada, que defina, de forma clara, as obrigações desta empresa arrastando-se, assim, no tempo todos os problemas decorrentes do impacto que a sua laboração provoca no território e na qualidade de vida das populações de Almada, sobejamente conhecidas por esta Assembleia Municipal.

Sendo certo que, ao longo dos anos, a Câmara Municipal sempre tem intervindo ativamente para a tentativa de resolução destes problemas, o facto dos seus pareceres não serem vinculativos tem limitado severamente a sua capacidade de imposição de medidas de mitigação.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de novembro de 2018, delibera:

1. Transmitir à Agência Portuguesa do Ambiente a insatisfação do Município de Almada pelo contínuo arrastamento do processo de emissão de nova Licença Ambiental da Sovena Oil Seeds Portugal, consubstanciado por esta nova prorrogação da licença de 2007;
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que continue a desenvolver todos os esforços possíveis no sentido de acelerar a resolução dum problema que se mantém e que afeta as populações de Almada;
3. Solicitar à Câmara Municipal que disponibilize a esta Assembleia todos os projetos em análise na APA e que já se encontrem na sua posse, que sejam passíveis de distribuição.”

6.2.12 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU) para apresentar a moção/saudação ao *Movimento Associativo Almadense;*

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Moção/Saudação Movimento Associativo Almadense.

Em mais de quatro décadas de Poder Local Democrático, a ligação do Município de Almada ao Movimento Associativo Popular assumiu um papel decisivo na promoção da coesão social e do desenvolvimento do Concelho. Sem o estabelecimento desta relação de trabalho conjunto, teria sido muito mais difícil atingir o nível de progresso e desenvolvimento associativo, cultural e social alcançados em Almada.

Na área desportiva e cultural, sobretudo, o Município e o Movimento Associativo local empenharam-se no apoio a múltiplos projetos de desenvolvimento, apostando sistematicamente na formação como resposta às necessidades e legítimas aspirações das populações ao progresso da sua terra.

Resultado desse trabalho desenvolvido pelas autarquias e, movimento associativo, emergiram muitas referências de enorme qualidade, que dignificam Almada e o País, tendo sempre como raiz o pilar associativo, o seu movimento e os seus dirigentes voluntários.

Assente nos valores progressistas, a assunção de desafios faz parte da genética almadense, constituída pela afirmação do trabalho coletivo e envolvimento dos dirigentes, sócios, atletas, famílias, técnicos, treinadores, professores e população em geral como consolidação de fazer de Almada um concelho de referência ao nível da qualidade de vida e do progresso social, económico e cultural.

O ano 2018 fica marcado por um retrocesso nas relações entre o Município e Movimento Associativo, fruto de alterações ao nível das opções do Município a este nível.

São inúmeras as expressões de afirmação da existência de uma inexplicável desconfiança na relação entre o executivo municipal e o movimento associativo, uma realidade contrária a um caminho de parceria, que vem causando natural apreensão por parte das estruturas do concelho, que em muitos casos não obtiveram correspondência no acompanhamento dos seus projetos conforme seria expectável, na linha do meritório trabalho por si desenvolvido nas mais diversas áreas de intervenção.

É do conhecimento público a opção da atual maioria do Partido Socialista na Câmara Municipal pela introdução de uma política de cortes ao apoio ao movimento associativo, expressa em constrangimentos sentidos pelos clubes, associações e coletividades que prestam serviço às populações ao nível da formação cultural e desportiva; na demora na transferência de verbas quando o apoio se efetiva; na ausência de celebração de protocolos de colaboração e/ou contratos-programa; na falta de apoio ao investimento na requalificação das infraestruturas de apoio, todos eles aspetos fundamentais para a vida e atividades das estruturas do Movimento Associativo Almadense.

O desconforto dos dirigentes associativos, sócios, técnicos, atletas e famílias agrava-se a cada ausência de resposta no acompanhamento da atividade regular desenvolvida pelo movimento associativo, sendo possível identificar mesmo um sentimento de profundo desencanto e desilusão, pela perceção de que o atual executivo municipal opta por não valorizar a importância deste parceiro local, firmado na história recente de Almada que confirma o Movimento Associativo como elo de fortalecimento da ação coletiva.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2018, delibera:

1. Saudar o Movimento Associativo pelo seu empenho nas áreas culturais e desportivas como fator de coesão social pelos múltiplos projetos de desenvolvidos.
2. Reiterar a necessidade de valorização do trabalho de parceria entre as estruturas associativas de Almada e o município, num esforço coerente de afirmação do progresso e do bem-estar das populações.
3. Reiterar a confiança no Movimento Associativo enquanto parceiro decisivo, pela sua participação democrática ativa, na consolidação do desenvolvimento do Concelho de Almada.
4. Sublinhar e enaltecer a importância do envolvimento dos dirigentes, sócios, atletas, técnicos, agentes desportivos e culturais das Coletividades pelo seu esforço e trabalho na afirmação de Almada enquanto referência no panorama associativo nacional.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5. Expressar preocupação pela opção do atual executivo municipal em proceder a cortes no financiamento e apoio à atividade desenvolvida pelo movimento associativo, bem como relativamente a outros procedimentos que se traduzem no adiamento de transferência dos montantes quando os apoios se efetivam.”

6.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Dias (CDU) para apresentar a moção/saudação *pelo Direito ao Trabalho, e ao Trabalho com Direitos*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Pelo Direito ao Trabalho, e ao Trabalho com Direitos.

Os trabalhadores “eventuais” do Porto de Setúbal, que são contratados ao turno e que representam cerca de 90% dos estivadores requisitados diariamente para as empresas Sadopor e Navipor, não comparecem ao trabalho desde o passado dia 5 de novembro em protesto contra a situação de precariedade em que se encontram.

A Operestiva, empresa que faz a gestão destes estivadores “eventuais”, mantém esta situação no Porto de Setúbal, apesar de promessas de diálogo e do reconhecimento pelo Governo do Partido Socialista (PS) da existência de uma enorme precariedade no Porto de Setúbal. No entanto, passam-se anos sem que se resolva este e outros problemas existentes com enorme prejuízo para os trabalhadores, as suas condições de trabalho e de vida.

Ao contrário de algumas afirmações alarmistas, das provocações e manobras dilatórias do patronato, os estivadores têm, ao longo dos anos, procurado resolver por via do diálogo os problemas existentes, nomeadamente através do estabelecimento por negociação direta entre os trabalhadores – através do seu Sindicato – e o patronato, de um contrato coletivo de trabalho que estabeleça as regras da prestação do trabalho e do fim da escandalosa precariedade existente no Porto de Setúbal.

Perante o inaceitável arrastamento desta situação, e em face da passividade do governo do PS face às contínuas manobras dilatórias e ilegalidades, os estivadores do porto de Setúbal foram obrigados a paralisar para exigir que a lei se cumpra, se negocie um Contrato Coletivo de trabalho e se ponha fim à precariedade.

O Governo, que não interveio para por fim à precariedade e às constantes violações das leis nacionais, deu cobertura e participou num plano orquestrado para furar a luta dos estivadores.

Aquilo que se exigia é que perante o arrastamento deste conflito laboral, o governo tivesse intervindo para promover a sua solução, em vez de se ter envolvido num plano engendrado com as empresas portuárias para permitir a passagem de dezenas de trabalhadores arregimentados pelo patronato para furar a luta dos trabalhadores do Porto de Setúbal.

A luta contra a precariedade é um dos muitos problemas com que os trabalhadores, nomeadamente os estivadores do Porto de Setúbal se confrontam.

Situação que leva a que aos trabalhadores precários seja negado, por exemplo, o direito a receber o subsídio de baixa por doença pelo facto de não terem vínculo à empresa, quando na verdade há muitos anos que trabalham 22 ou mais dias mensalmente. Precariedade e outros problemas que se verificam neste e noutros portos nacionais e que de há muitos anos contra eles lutam estes trabalhadores.

A paralisação Porto de Setúbal é uma clara manifestação do descontentamento e da determinação dos estivadores em lutar pela resolução dos problemas com que se confrontam.

Perante este flagrante atentado, o que se reclama e exige do Governo é que intervenha pugnando pelo fim da precariedade e dando orientações explícitas à administração do Porto de Setúbal para que aja no sentido de que os concessionários e operadores respeitem as leis do País, nomeadamente as laborais.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2018 delibera:



1. Solidarizar-se com a luta dos estivadores, afirmando que é no prosseguimento da sua luta e reforço da unidade dos estivadores que está o caminho seguro para pôr fim a precariedade, conquistar direitos, melhorar os salários e as condições de trabalho. Pelo Direito ao Trabalho e ao Trabalho com Direitos!
2. Exigir medidas por parte do Governo no sentido de combater a precariedade, reduzir o número de eventuais e promover a sua passagem aos quadros das empresas onde trabalham diariamente há muitos anos, e para garantir que a sua atividade profissional é desenvolvida em condições de trabalho dignas e seguras.”

6.2.14 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Faria (PSD) para apresentar a saudação *Skater Almadense Bruno Senra sagra-se campeão de Skate*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Skater Almadense Bruno Senra sagra-se campeão de Skate.

Concluindo um conjunto de excelentes prestações ao longo das cinco etapas que compuseram o DC Skate Challenge by Moche 2018, Bruno Senra, skater almadense também conhecido como BP, sagrou-se vencedor desta competição.

Ao ficar em segundo lugar na Maia, etapa final da competição, que contou com mais de 10 participantes, Bruno Senra, amealhou os pontos suficientes para ser o campeão num dos torneios mais significativos da modalidade no nosso país.

A excelente forma do skater almadense estendeu-se ainda à sua participação no Tampa AM, um torneio internacional que se realiza na Florida e que é considerada a competição amadora mais importante da modalidade. Aí, o “BP” ficou entre os finalistas e chegou a vencer um best trick, prémio para a melhor manobra do dia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de novembro de 2018, delibera:

1. Felicitar o atleta Bruno Senra “BP” pelo excelente ano competitivo que levou a cabo;
2. Desejar ao jovem os melhores sucessos para o futuro da sua carreira na modalidade;
3. Apelar à Câmara Municipal de Almada para que possa analisar a possibilidade de apoiar este e outros jovens skaters na sua atividade, procurando ainda motivá-los a uma aproximação das causas sociais, especialmente juntos dos mais novos, incentivando-os à prática desportiva.”

6.2.15 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD) para apresentar a moção *Pela realização de um estudo sobre a construção de uma nova Travessia do Tejo – Trafaria-Algés*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Pela realização de um estudo sobre a construção de uma nova Travessia do Tejo – Trafaria/Algés.

O debate sobre as questões estruturais da economia local tem sido extenso e duradouro.

Almada enfrenta – ainda – entraves estruturais significativos ao seu desenvolvimento. Por outro lado, o nosso concelho representa um polo de elevado potencial económico no contexto da maior área metropolitana do País. Nesse sentido, urge reconhecer o investimento em Almada enquanto estratégico para o crescimento – é fundamental que o Governo e o Estado entendam que o investimento nos projetos estratégicos de Almada é não só crucial para a economia local, como também para a Área Metropolitana de Lisboa e para o País.

A análise económica e social deve ir além do óbvio e deve encarar as poeiras na engrenagem que nos impedem de crescer sustentadamente. Tal implica continuar a encarar a sustentabilidade financeira como questão fundamental – no concelho e no País –, mas também alargar o espectro da análise a questões que configuram limitações aos nossos potenciais de crescimento e desenvolvimento. O próximo passo para o lançamento das bases de uma política de crescimento sustentado será, pois, reconhecer os nossos principais entraves estruturais.



Caso contrário, arriscaremos permanecer num estado estacionário que nos trará uma taxa de crescimento constante que poderá, ou não, tender para o crescimento de longo prazo.

É neste contexto que habitualmente identificamos a mobilidade como um dos desafios estruturais mais significativos que temos pela frente. O debate sobre como assegurar o transporte público tem sido tão frequente quanto fundamental para a procura de uma solução que sirva as populações e a economia. No entanto, importa também relançar o debate sobre a mobilidade rodoviária e, em particular, sobre o grave congestionamento dos acessos entre Almada e Lisboa através da Ponte 25 de Abril – mantendo, porém, a premissa fundamental segundo a qual só uma alteração estrutural do nosso tecido económico poderá resolver verdadeiramente o problema.

Apesar dos sucessivos esforços encetados no sentido de fomentar a utilização dos transportes públicos, o crescimento populacional dos concelhos da Margem Sul do Tejo e o seu atraso económico de décadas resultam numa entropia infraestrutural que torna inevitável o congestionamento da Ponte 25 de Abril e dos seus acessos, prejudicando a circulação no nosso concelho e dificultando os movimentos pendulares para Lisboa – as infraestruturas atualmente existentes são insuficientes para que o trânsito flua eficientemente, diminuindo a qualidade de vida das pessoas e criando custos de contexto que afetam a competitividade económica do concelho de Almada e da região.

Neste contexto, importa reconhecer que a literatura económica considera o investimento em transportes como facilitador de crescimento. O investimento numa ligação Trafaria-Algés poderá ser particularmente significativo para aumentar a produtividade do nosso concelho, melhorando, por exemplo, os acessos ao cluster turístico da Costa da Caparica ou facilitando o estabelecimento de novas atividades económicas e a dinamização do sector privado.

Os investimentos estruturais em equipamentos e em indústrias devem ocorrer em complementaridade para se revelarem eficazes e capazes de sobreviver. É esse capital investido que gerará um crescimento sustentável e duradouro, embora isso apenas seja possível se forem cumpridos parâmetros de complementaridade e de coesão. Na verdade, mercados menos desenvolvidos tenderão até a falhar na canalização do investimento para projetos potenciadores de crescimento – alguns dos projetos desenvolvidos também em Portugal, especialmente ao nível das infraestruturas, falharam esses requisitos de complementaridade segundo os quais apenas a existência de um tornará o outro viável, e vice-versa. Importa, por isso, que neste caso se reconheça a natureza dinâmica da economia e das relações de interdependência que estabelece com a sociedade. Configurando um sistema dinâmico e aberto, a economia local interage com a sociedade, tendo por isso de garantir que esta sobrevive para poder, também, sobreviver.

Em conclusão, o setor privado deve assumir, mediante condições razoáveis, um papel fundamental na procura de uma solução para o problema das travessias do Tejo. Só assim encontraremos uma solução holística para um problema de enorme complexidade. Por fim, se, por um lado, uma alteração estrutural do nosso tecido económico poderá eliminar o problema do congestionamento ao limitar os movimentos pendulares para Lisboa, essa alteração poderá estar, por sua vez, dependente da construção da nova travessia Trafaria/Algés.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na sessão ordinária de 28 de novembro de 2018, delibera:

1. Inquirir o Governo sobre a sua posição relativamente a uma nova travessia do Tejo, nomeadamente entre a Trafaria e Algés.
2. Requerer ao Governo que desenvolva esforços no sentido de estudar a construção da travessia por túnel imerso entre a Trafaria e Algés, considerando o seu impacto social e económico no concelho de Almada e na área metropolitana de Lisboa, mas também a necessidade de uma criteriosa afetação de recursos.”

6.2.16 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Faria (PSD) para apresentar a saudação *Piloto Almadense Sérgio Brás garante título da Taça FPAK de Ralis*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Piloto Almadense Sérgio Brás garante título da Taça FPAK de Ralis.



O piloto de automóveis almadense, Sérgio Brás, fechou a época em grande ao garantir o objetivo que perseguia (a vitória no grupo P1) e conseguindo ainda um brilhante segundo lugar em termos absolutos.

O feito torna-se ainda mais interessante se tivermos em conta que a viatura usada pelo nosso conterrâneo foi emprestada por outra equipa, sendo assim a primeira vez que foi utilizada em competição pelo piloto e pelo seu navegador Nuno Rodrigues da Silva.

Acresce ainda que a prova foi difícil para todos os pilotos em competição devido a muito nevoeiro e piso escorregadio mas a equipa do piloto almadense apostou em manter a regularidade e com algumas cautelas garantiu o lugar e os pontos necessários ao título da sua categoria, deixando escapar a vitória na geral absoluta por escassos 3,72 pontos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de novembro de 2018, delibera:

1. Felicitar o piloto Sérgio Brás pela excelente época realizada e pelos resultados obtidos com títulos de campeão e vice-campeão;
2. Saudar toda a sua equipa e patrocinadores do piloto almadense, fundamentais para alcançar resultados positivos;
3. Exortar a Câmara Municipal de Almada e os SMAS a procurarem apoiar de alguma forma o piloto e a sua equipa, dando sequência a uma aproximação ao desporto automóvel feita com tão bons resultados, por exemplo, no Almada Extreme Sprint.”

6.2.17 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD) para apresentar a moção *pela criação do Gabinete de Apoio à Vítima*;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Pela criação do Gabinete de Apoio à Vítima.

Assinalou-se no passado dia 25 de novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Para assinalar esta data, a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade (SECI) lançou a campanha #VamosGanharALutaContraAViolência.

Segundo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), *“Todos os dias, em Portugal e no mundo, raparigas e mulheres são vítimas de algum tipo de Violência. A violência contra as mulheres é simultaneamente uma causa e uma consequência das desigualdades de género”*, sendo certo que cerca de 80% das vítimas de violência doméstica em Portugal são mulheres.

Contudo, a violência é transversal à nossa sociedade, sendo um dos flagelos do século XXI. Seja ela contra crianças, seja ela contra mulheres, contra idosos, migrantes ou minorias, sendo dever ético do município apoiar todos os projetos que visem minorar este flagelo, quer pela prevenção, quer pela proatividade no apoio à vítima.

Os Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV) são uma resposta social, criada e registada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), com vista à prestação de serviços de apoio aos cidadãos vítimas de crime. A rede de voluntariado da associação tem já mais de vinte gabinetes, espalhados pelo país, onde são prestados serviços de apoio emocional, jurídico, psicológico e social à vítima de crime, garantindo confidencialidade e gratuidade.

Atendendo à importância e pertinência deste tema, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na sessão ordinária de 28 de novembro de 2018, delibera:

1. Saudar a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade pela campanha #VamosGanharALutaContraAViolência;
2. Sensibilizar a Câmara Municipal para que esta promova e apoie conferências e *workshops* que atuem preventivamente na área da violência contra menores, idosos, mulheres, migrantes e minorias étnicas;
3. Solicitar à Câmara Municipal que estabeleça uma parceria com a APAV e a apoie para a criação de um Gabinete de Apoio à Vítima em Almada.”



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Ricardo Louçã (CDU), Eva Borges (CDU), João Geraldês (CDU), Pedro Matias (PS), Luís Palma (CDU), José Rocha (BE), Artur Alfama (PAN), António Sagueiro (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Carlos Guedes (BE), Ivan Gonçalves (PS) e Sílvia Sousa (PSD).

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Ricardo Louçã (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma breve nota relativamente à saudação aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, da qual eu, como sabem, fiz parte durante muitos anos e congratulo-me por esse facto.

Sobre esta saudação em particular, achamos que é insuficiente. Podia ir um pouco mais longe no que diz respeito por exemplo, à reintegração na Marinha, que é uma coisa absolutamente premente, dado que assim seria de uma forma muito eficaz, a resposta a dar à Marinha.

Por outro lado, também, congratulo-mo ao reconhecimento efetivo da capacidade técnica dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, não só pela parte de reparação de submarinos, mas, já há muitos anos a esta parte, era uma imagem de marca do estaleiro. Apesar de tudo vamos votar a favor desta moção.”

6.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Eva Borges (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho indicar a intenção de voto da bancada da CDU em relação à sexta moção apresentada pelo PAN, em relação à redução da pegada ecológica. Primeiramente, nós gostávamos de pedir uma votação por pontos da parte deliberativa, e em simultâneo nós não podemos acompanhar a proposta nos termos em que ela está apresentada, e vamos então apresentar uma nova formulação, que, a ser aceite, faremos chegar à Mesa por escrito, depois de terminada a minha intervenção.

Em relação ao ponto um, nós apresentamos uma nova formulação que passo a citar: “Desenvolver uma campanha de sensibilização da população para a necessidade de criação de hábitos alimentares saudáveis, assim designadamente na promoção da tradicional dieta mediterrânea”. E em relação ao ponto dois, por acharmos que esta medida já está então incluída no ponto um que nós pedimos a reformulação, pedimos a retirada desse ponto e não temos nada a acrescentar ao ponto três.”

6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Par dar o sentido de voto da bancada da CDU, relativamente a três textos que foram apresentados.

O primeiro tem a ver com a moção sobre o serviço público dos CTT, apresentada pelo Bloco de Esquerda, votaremos de forma favorável esta proposta do Bloco de Esquerda, sublinhando o profundo empenhamento que a CDU, os seus militantes, os seus ativistas, os seus autarcas, têm desenvolvido na luta contra o encerramento de postos de atendimento dos CTT e na defesa do serviço público postal universal e acessível a todos, em todo o país.

Também em relação à moção número oito apresentada pelo CDS-PP, relativamente à primeira guerra mundial, iremos votar contra a proposta apresentada e apresentaremos no final, em tempo oportuno, a respetiva declaração de voto.

Finalmente, relativamente à moção número dezanove, “Pela realização de um estudo sobre a construção da nova Travessia do Tejo Trafaria/Algés”, iremos também votar contra esta proposta apresentada pelo PSD, por considerar que existindo um consenso alargado, neste momento, entre os Municípios que integram a Península de Setúbal, sobre a necessidade da construção de uma terceira travessia do Rio Tejo, a solução que está em cima da mesa e que está apresentada, que corresponde a esta necessidade, é a construção de uma Ponte entre Chelas e o Barreiro. A CDU não pode por isso, concordar com propostas que apenas introduzem ruído e confusão totalmente contraproducentes, num processo que há largos anos vem fazendo o seu caminho e reúne



atualmente largo consenso entre Municípios como referimos. Aliás, acrescentar que esta questão da mobilidade, é uma questão que tem que ser lida e tem que ser encarda na ótica metropolitana, estamos todos muito empenhados em criar empresas metropolitanas de transportes, em criar soluções metropolitanas de transportes, e esta questão também tem que ser encarada na ótica metropolitana, não pode ser afunilada para a solução apenas do problema do Concelho de Almada, sendo que o problema do Concelho de Almada é um problema bem agudo e bem necessário de resolver. Mas tem que ser encarado numa ótica metropolitana.”

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção vai-se centrar naquilo que é uma moção sobre o Movimento Associativo Almadense, que foi apresentada pela CDU.

Nós achamos, o Partido Socialista acha, que este documento é insultuoso para as coletividades, porque tem aqui um conjunto de mentiras, que não correspondem à verdade e eu já explico porquê.

Diz aqui que, é do conhecimento público que o Partido Socialista na Câmara Municipal, introduz uma política de cortes no apoio ao Movimento Associativo. A Senhora Presidente já vai explicar isso mais à frente, que os apoios em 2018, foram muito superiores aos de 2017, 2016. Portanto, por aqui, esta moção está arrumada. Mas, vamos fazer aqui uma pequena reflexão sobre aquilo que é o estado atual do Movimento Associativo e de quem é que é a responsabilidade do atual estado do Movimento Associativo. Hoje sabemos que ao fim de quarenta e quatro, este Concelho tinha um conjunto de Coletividades que trabalhavam diariamente com a comunidade, era muito robusto, tinham força naquilo que era o seu trabalho diário. E ao fim de quarenta e quatro anos, olhamos para o nosso Movimento Associativo à beira do abismo e em estado de coma. Hoje as coletividades em Almada estão, muitas encerradas, muitas sem atividades, muitas sem conseguir ter sócios e não se conseguiu em quarenta e quatro anos, com a CDU na Câmara Municipal, estimular o Movimento Associativo, para que ele hoje continuasse a ser ativo como era há uns anos. Hoje a CDU em Almada é responsável pelo estado atual do Movimento Associativo à beira do abismo. Falta apoio financeiro, não é de hoje, é de muitos anos. Falta dirigentes, e falta dirigentes sabem porquê? E Infraestruturas? Porque, grande parte das direções estão instrumentalizadas em Almada. Hoje o Movimento Associativo em Almada, hoje a CDU faz do Movimento Associativo em Almada a sua trincheira. Não é de hoje, mas hoje ainda mais, porque saiu da Câmara, deixou de ter poder, instalou-se, reforçou a sua instalação dentro das Coletividades, basta olhar para o estado das centenárias e quem está à frente, e os Senhores confundem a direção com os sócios e com os atletas. A direção, os presidentes das Coletividades não são proprietários das Coletividades. O que se passa neste momento em Almada, é que os dirigentes, muitos dirigentes, jovens dirigentes, porque eu nasci aqui e conheço bem o Movimento Associativo, jovens dirigentes que queriam participar nas direções, queriam participar nas coletividades, eram afastados porque tinham opinião. Durante muitos anos.

Para terminar, dizer que não existe nenhum corte ao Movimento Associativo em Almada, o que existe é transparência. São coisas diferentes. E a única entidade que não teve capacidade de construir com o Movimento Associativo, uma nova dinâmica, para que no século XXI, hoje, as nossas coletividades tivessem capacidade de se afirmar autonomamente, não foi o PS, foi a CDU.”

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Manifestar o nosso sentido de voto relativamente à moção apresentada pelo Partido Socialista, relativamente a “Mais e melhor Transporte Público”. Bem-vindos, saudamos a vossa posição relativamente a este assunto.

Relativamente ao Movimento Associativo, Senhor Deputado Municipal Pedro Matias, tal como o Senhor nasceu em Almada, também houve mais pessoas que nasceram em Almada e que foram dirigentes associativos. E, portanto, dizer-lhe que, muitos, bem jovens, foram dirigentes associativos. Portanto, não compreendo que no Movimento Associativo não tenham estado jovens como sempre estiveram pessoas de todas as idades. Depois dizer-lhe, que, não é verdade aquilo que o Senhor aqui afirma, relativamente aos apoios ao Movimento



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Associativo. E eles estão expressos no documento que a Câmara Municipal nos apresenta. E, portanto, estão lá os valores. E, portanto, se o Movimento Associativo aqui esteve, se apresentou, o Senhor está a querer chamar-lhes o quê? Vieram aqui dizer coisas que não são verdade, para não lhe chamarmos outro nome? Não! e o Senhor sabe bem que não é. E aliás, lamento, que o Senhor que foi dirigente associativo, deveria ter tido aqui outro tipo de posição e estar ao lado deles, porque acho que nós não devemos esquecer os sítios por onde começamos. Eu pessoalmente e em nome da bancada da CDU, agradeço muito ao Movimento Associativo, aquilo que me fez. E, portanto, acho que se o Movimento Associativo está a ter reivindicações e aqui se apresenta, nós devemos estar ao lado deles, porque Almada é uma terra com matriz identitária no Movimento Associativo, e muito deve Almada e os almadenses ao Movimento Associativo.”

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a saudação aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, apresentada pelo PS, queríamos apenas e só, deixar aqui uma breve nota, não podemos deixar de expressá-la aqui naturalmente, sobre o futuro do Arsenal, vale sempre a pena lembrar o passado. É que foi o Governo do PS o responsável pela extinção do Arsenal da Marinha, o princípio do desinvestimento do Arsenal. Era esta breve nota que não podíamos deixar de passar aqui.”

6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação à proposta feita pela CDU; agradecemos, mas não podemos aceitar, uma vez que distorce as conclusões do estudo e o objetivo da nossa recomendação.

Relativamente às recomendações e às propostas que hoje se encontram aqui a debate, seremos favoráveis à esmagadora maioria e abster-nos-emos em algumas onde não encontramos consenso. Gostava a este propósito de saudar duas propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, que falam da temática da violência e do extremismo, que são temas que consideramos de preocupação emergente e devem estar na agenda de todos os partidos políticos.”

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à saudação apresentada pelo PS, sobre a organização do “Festival Literário Read On”, votaremos a favor, assim como votaremos igualmente a favor da saudação do Bloco de Esquerda, sobre o “Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres”, e da moção do Bloco de Esquerda de “Solidariedade com os Estivadores Eventuais do Porto de Setúbal”. Igualmente votaremos a favor da moção da CDU, “Pelo Direito ao Trabalho e ao Trabalho com Direitos”.

Acompanhamos também a moção apresentada pelo CDS-PP, relativa à “Iluminação no Terminal de Cacilhas”, votando favoravelmente.

No que se refere à na Moção da CDU relativa à “SOVENA”, sugerimos uma alteração no ponto dois da parte deliberativa, onde se lê: “que se desenvolvam todos os esforços”, deve ler-se: “recomendar à Câmara que continue a desenvolver todos os esforços”. No que se refere ao ponto três, da mesma moção, na parte deliberativa, propomos acrescentar: “e que sejam passivas de distribuição”.

Sobre a recomendação do PAN, relativa à “Redução da Pegada Ecológica do Concelho de Almada”, propomos que baixe à Comissão, para uma análise com mais profundidade dos aspetos referidos, nomeadamente os pontos um e dois da parte deliberativa.

No que concerne ao voto de congratulação do Partido Socialista sobre o “Transporte Público na Área Metropolitana”, votamos a favor, mas dando nota, que as questões do Passe Social que aplaudimos, e nomeadamente, também, o esforço financeiro que a Câmara Municipal de Almada irá efetuar neste âmbito,



queremos realçar, que apesar desta decisão, não acabam os problemas dos transportes. Pelo contrário, eles poderão agravar-se. Aliás, todos sabemos que não há barcos suficientes para fazer a travessia do Tejo, não respeitando os horários estabelecidos, e transportes ferroviários estão também como sabemos, o metro para constantemente, e o Governo nestes três anos ainda nada fez, para combater a degradação dos transportes públicos.

No que respeita à moção do CDS-PP sobre o “Memorial os Antigos Combatentes”, sugerimos que a mesma possa baixar à Comissão.

Votaremos contra a moção da CDU sobre o “Movimento Associativo Almadense”, pois não nos revemos, quer na maioria dos considerandos, quer em alguns pontos da parte deliberativa.

Sobre a moção do Bloco de Esquerda e o “Serviço dos CTT”, ficaremos pela abstenção, mas dando nota da nossa estranheza sobre a posição de reversão da privatização deste serviço, até porque o Bloco de Esquerda é parceiro do Governo, e está, portanto, em condições de impor essa decisão.

Acerca da recomendação do Bloco de Esquerda, sobre o “Ódio nas Escolas”, gostaríamos de saber em que escolas do Concelho de Almada, é que foram afixados os cartazes referidos no documento e qual é a organização que os distribuiu.

Finalmente, votaremos a favor da saudação do PS aos “Trabalhadores do Arsenal do Alfeite”, mas referindo que foi o Governo anterior do PSD, CDS-PP, que deu início à fase bastante positiva e de crescimento, em que esta empresa do Concelho se encontra, tornando-a no estaleiro público do país, com um serviço de excelência na indústria naval, e como um polo fundamental no desenvolvimento no Concelho de Almada e de Portugal.”

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A questão é: os cartazes que foram colados, foram colados por uma organização profascista ou pró-fascista, ou o que lhe quiserem chamar, que se autointitula “escudo identitário”. Estiveram, e estão alguns ainda, nos arredores de várias escolas do nosso Concelho, na Emídio Navarro, na Anselmo de Andrade, na Escola de Cacilhas, em algumas escolas da Charneca de Caparica e da Sobreda. São cartazes, que á partida, passam quase despercebidos no meio do ruído visual que é, o ruído das nossas Cidades. Mas são cartazes com uma mensagem clara, contra as pessoas LBG – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros, nomeadamente de apelos à xenofobia e ao racismo. Se a questão importante aqui é encontrar os seus autores, os seus autores são uma organização profascista que se autodenomina “escudo identitário”. Da qual fazem parte várias organizações de extrema direita do nosso país. Organizações que não são naturalmente legalizadas, nem podem ser à luz da Constituição.”

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A posição do Partido Socialista relativamente a algumas das moções em apreciação.

Nós votaremos favoravelmente a moção do PAN, relativamente à recomendação sobre a “Redução da Pegada Ecológica do Concelho de Almada”. O Partido Socialista tem aliás, um lóbi vegetariano muito intenso dentro do seu grupo de eleitos e, portanto, nós não deixaríamos de votar favoravelmente esta recomendação.

Propomos ao PSD a baixa à Comissão Permanente da moção relativamente à “Criação do Gabinete de Apoio à Vitima”, porque entendemos que, nomeadamente no que diz respeito ao ponto três, é preciso aprofundar, e sendo certo, que algumas destas parcerias já existem, que este apoio que é prestado às vitimas sendo importante, a notícia que temos é que de alguma forma já é feito, e tendo em vista a não duplicação dos esforços que são feitos pela Câmara Municipal, entendemos que para ser aprofundado este estudo, esta moção deve baixar à Comissão Permanente.

No que diz respeito à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente aos CTT. Estamos de acordo que o serviço se tem degradado, estamos de acordo com os pressupostos gerais que a moção nos apresenta, e,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

portanto, votaremos favoravelmente. No entanto, votaremos contra o terceiro ponto, porque também entendemos que, como em tudo, é necessário que exista alguma responsabilidade na forma como nós tomamos estas decisões, e não é certo que a reversão da concessão possa ter mais custos positivos para o Estado do que negativos, ou seja, que os custos negativos, não sejam próximos do incomportável. Ainda assim, reconhecemos que há uma degradação evidente no serviço dos CTT, para o qual o Governo deve fazer um esforço acrescido.

No Grupo Municipal de Eleitos do Partido Socialista, tendemos a achar que, os votos e a recomendações que aqui fazemos, devem tendencialmente dizer respeito aos munícipes e ao Município, e entendemos que o que é feito para fora do Concelho, deve ser feito com bastante parcimónia, sob pena de nós passarmos o tempo a discutir questões que dizem muito pouco aos munícipes almadenses. No entanto, o Bloco de Esquerda apresenta-nos dois votos que, aliás um deles diz respeito a matérias do Concelho, mas que não sendo diretos nós entendemos que são oportunos e votaremos favoravelmente a condenação do ódio nas escolas e a saudação pelo Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres.”

6.3.11. – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, a propósito do pedido do Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, da bancada do PS, para a baixa à Comissão Permanente da moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, relativamente à “Criação do Gabinete de Apoio à Vítima”, entendendo nós, PSD, que existe de facto, um gabinete, algumas sinergias com algumas associações do Concelho, no sentido de trabalhar questões de violência doméstica, a nossa proposta é mais larga, é mais abrangente, vai desde as crianças aos idosos, a todas as vítimas, mas como entendemos que o debate nestas circunstâncias é importante, para percebermos as reais necessidades, não temos nada a opor com a baixa à Comissão Permanente da referida moção.”

6.3.12 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fazer aqui algumas considerações relativamente aos documentos que nos são apresentados neste Período de Antes da Ordem do Dia.

O CDS-PP, começaria por deixar algumas indicações relativamente às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda. E começamos por aquela moção que já foi aqui debatida, relativamente ao ódio nas escolas, fazendo desde já uma declaração de interesses. O CDS-PP é contra toda a forma discriminatória e de ódio, seja contra quem for, venha ele da extrema direita, venha ele da extrema esquerda, venha de onde vier. Portanto, que essa declaração de interesses que fique aqui bem assente.

Agora, tenho apenas aqui algumas questões, que gostaria de perguntar ao titular da moção. Eu fui verificar o cartaz que o Bloco de Esquerda aqui apresenta nesta mesma moção, e se me permite dar a sugestão, esse mesmo cartaz poderia ter vindo junto à mesma moção. não é usual, mas poderia ter vindo. Fui verificar e efetivamente, a ser este cartaz, e como já foi dito aqui pelo Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, de uma entidade denominada Escudo Identitário. Aquilo que eu vi, mas posso ter visto mal, diz: “perigo identidade de género”. Eu gostaria que o Bloco de Esquerda me confirmasse, se existem mais mensagens que realmente tenham cariz racista ou xenófobo e aí sim, como é evidente, é altamente condenável, venha da extrema direita ou venha da extrema esquerda. Porque se for apenas uma indicação relativamente à identidade de género, aqui assumo, independentemente de vir de quem venha, o CDS-PP é contra a denominada identidade de género. Portanto é uma declaração de interesses que é feita aqui, uma declaração ideológica e, portanto, se for apenas essa, a indicação, independentemente de onde venha, o que está aqui em causa é a identidade de género e, portanto, o CDS-PP, se for o caso, se se confirmar irá votar contra.

Em relação à moção dos CTT, vamos também votar contra. Isto não será uma questão de nacionalização ou de privatização, é uma questão de fazer cumprir a Lei, de fiscalização, e, efetivamente, se há algo que não esteja a correr bem com este concessionário, o Estado, o Governo tem de atuar relativamente a isso, mas não passará de forma alguma pela questão da nacionalização ou regressar à mão do Estado, até porque, o que não falta aí



são entidades geridas pelo Estado, que nós sabemos como é que se encontram. Portanto, não é essa a questão que vem aqui ao caso.

Em relação ainda às moções do Bloco de Esquerda. “Os Estivadores do Porto de Setúbal”, o CDS-PP vai votar favoravelmente e também vai votar favoravelmente a moção sobre o “Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres”. E aqui, lembrando também, não só as mulheres, mas também por exemplo os idosos. E não nos podemos esquecer que muitos dos idosos são abandonados nas suas casas, são abandonados nos hospitais, e, portanto, convinha lembrar, e já foi aqui lembrado inclusivamente por outra moção, pela moção do PSD, sobre o Apoio à Vitima, convinha lembrar, mas esta questão da violência contra as mulheres iremos votar favoravelmente.

Depois a moção do PS, sobre “Os Trabalhadores do Arsenal do Alfeite”. O CDS-PP vai votar favoravelmente esta moção, saudando com é obvio, a necessidade e todo o trabalho que tem vindo a ser realizado e concretizado, para que haja um incremento deste mesmo estaleiro, mas lembrar também, como já aqui foi dito, que em 2014, foi quando foi dado o primeiro toque para o incremento do Arsenal do Alfeite, e para que chegássemos a este ponto, e tenhamos daqui para a frente um Arsenal muito mais apetrechado e que possa servir os interesses não só de Almada como é evidente, mas também do país.

Relativamente aos transportes públicos irei apresentar uma declaração de voto, de qualquer maneira irei votar a favor.

Relativamente à SOVENA, o CDS-PP também irá votar a favoravelmente.

Relativamente à moção da CDU, sobre o Associativismo, o CDS-PP irá votar contra.

Relativamente à moção sobre os estivadores do Porto de Setúbal, o CDS-PP votará favoravelmente.

Saudar as moções do PSD as quais iremos votar a favor.

Relativamente à moção do PAN, também iremos votar favoravelmente. Tendo em atenção que nestas matérias estão subjacentes questões de economia nacional, postos de trabalho e, portanto, devemos ter alguma cautela relativamente a esta ideia que está aqui subjacente.

E para terminar, lamentar, que a CDU iria votar contra a moção apresentada pelo CDS-PP, para erguer um memorial em memória dos Combatentes da Grande Guerra, mas se o sentido democrático assim o exige, e vamos então aceitar baixar à Comissão Permanente como pedido pelo PSD.”

6.3.13 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A bancada da CDU aceita as propostas de alteração ao ponto dois e ao ponto três da moção que apresentou, propostas pelo PSD.”

6.3.14 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu tenho por princípio, e neste momento eu não estou a falar em nome do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, vou fazê-lo em nome pessoal, porque eu sou dirigente associativo num clube deste Concelho, e desde que sou Deputado Municipal e vou no segundo Mandato, nunca tinha feito uma intervenção sobre o Movimento Associativo. É aliás, o único registo que tenho na Declaração de Interesses desta Assembleia Municipal, é esse, é o facto de ser Presidente de uma Assembleia Geral de um Clube desta terra. E tenho muitas dúvidas sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro do Movimento Associativo. Neste Concelho e neste País. Tenho, contudo, uma certeza, o caminho que devemos fazer não foi o que hoje aqui foi tomado, e não é esta discussão que deve ser feita de arremesso de dedos apontados, de culpas para aqui, culpas para acolá. De certeza que esse caminho não leva a lado nenhum, e quem não sai a ganhar com isto é de certeza o Movimento Associativo desta terra. Sobre isso não direi mais nada, mas digo, de facto, quem saiu hoje aqui a perder, foi o Movimento Associativo. Eu como comuniquei ao Senhor Presidente da Assembleia, não irei sequer participar na



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

votação desta moção, porque entendo que há um conflito de interesses entre a minha pessoa de Deputado Municipal e de pessoa Dirigente Associativo.

Em relação aos reparos que o Senhor Deputado Municipal do CDS-PP fez sobre a moção do Bloco de Esquerda, eu só posso congratular-me em nome do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, pelo CDS-PP, ter finalmente saído do armário relativamente a esta questão.”

6.3.15 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito sucintamente. Sobre a moção do “Movimento Associativo Almadense”, aquilo que solicitamos é que os considerandos sejam votados separadamente dos pontos, e votaremos naturalmente contra os considerandos, até por aquilo que já foi exposto, algumas das questões que aqui são referidas não são verdadeiras e votaremos contra o ponto cinco.

Sobre a proposta relativa ao túnel Algés/Trafaria, é nosso entendimento, que esta moção não deixa de ter alguma coisa de extemporânea. Como a Senhora Presidente de Câmara referiu e bem, entre aquela que é opção de escolher neste momento um túnel ou uma ponte, faz sentido que nós apostemos no transporte público, porque todos sabemos, não há forma de que o país possa sustentadamente ter uma grande obra como é um túnel feito neste momento entre Algés e a Trafaria. Ainda assim, entendemos que é preciso que estas discussões sejam feitas, para que no longo prazo, o Município de Almada também esteja capacitado para as fazer. E mais, não entendemos, é obvio que este tipo de propostas tem que ser discutido ao nível metropolitano, ao nível nacional, mas o papel dos órgãos que são eleitos em Almada, é fundamentalmente defender e dizer, ou pelo menos sinalizar aquilo que sentimos que é melhor para os munícipes de Almada. E, portanto, se me perguntarem pessoalmente, eu sei que aqui não existem as opiniões pessoais ou os estados de espíritos, eu entenderia que, se daqui a uns anos esta discussão vier a ser feita, entre a opção de um túnel Algés/Trafaria, que serve diretamente os dois maiores Concelhos do Distrito ou uma opção de uma ponte entre Chelas e o Barreiro, eu seria amplamente favorável à primeira. Mas, era uma questão que necessariamente precisa de ser estudada. Daqui a alguns anos, daqui a algumas décadas, nós vamos ter a oportunidade, espero eu, se o país continuar a crescer como tem crescido ao longo destes últimos três anos, de fazer esta discussão, e de podermos decidir onde é que queremos investir o dinheiro público, parece-me que neste momento é extemporâneo estarmos a divergir a nossa atenção para aqui, aquilo que queremos é melhores transportes públicos, aliás, a 6ª Comissão Permanente tem feito um ótimo trabalho, também sustentando o trabalho que a Câmara Municipal tem feito no sentido de reivindicar melhores transportes públicos para o Concelho, melhores ligações a Lisboa, melhores condições de transporte fluvial, e, portanto, tudo o que fuja destas questões, neste momento, parece-nos que é extemporâneo, e, portanto, abster-nos-emos relativamente a esta moção.

Relativamente à moção sobre a “Iluminação do Terminal de Cacilhas”, votaremos favoravelmente.

Votaremos também favoravelmente a moção da CDU, relativamente à “Empresa SOVENA”. É óbvio que há grandes problemas ambientais, ou pelo menos, ao nível dos odores que se prendem com esta fábrica. Também é importante salientar, que ela foi instalada durante a governação do anterior Executivo, mas é bom que a CDU agora também manifeste a sua preocupação com os problemas que a SOVENA nos traz. Parece-me que o ponto três seria desnecessário, porque da parte da Câmara Municipal, nunca sentimos que houvesse alguma documentação que não fosse disponibilizada, mas ainda assim, se a CDU entende que é necessário que conste na moção, votaremos favoravelmente.

Assim como votaremos favoravelmente, a moção, referi há pouco a questão da parcimónia que entendemos que devemos utilizar relativamente aos votos das questões que não se passam no nosso Concelho, mas compreendemos a moção do Bloco de Esquerda em relação à “Solidariedade com os Estivadores no Porto de Setúbal”, compreendemos também que estamos a entrar em ano de Eleições Legislativas, o Bloco de Esquerda, a CDU, têm uma tendência maior para trazer algumas questões de carácter nacional, da sua agenda nacional, para estas reuniões, estão necessariamente no seu direito. Votaremos favoravelmente, é uma questão que



também nos preocupa, e estamos satisfeitos porque também percebemos que o Governo está a trabalhar para resolver esta questão.

Não acompanharemos a moção da CDU, porque tem também, alguns dos considerandos que nós não entendemos que sejam factuais, e nesta competição entre os partidos que estão à esquerda do Partido Socialista, para trazer estas questões da agenda nacional, nós entendemos que neste caso a moção do Bloco de Esquerda é bastante mais equilibrada.”

6.3.16 - Usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

“Senhor Presidente e Senhores/as Deputados/as Municipais:

Aproveito também esta ocasião (embora não vote) para me associar à moção relativa à violência contra as mulheres; eu penso que nunca é demais lembrar este flagelo.

Quero obviamente, relativamente à moção do PS, sobre os transportes públicos, dar aqui uma saudação especial a todos os Municípios, foram os dezoito Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que aprovaram este projeto por unanimidade e com todas as forças políticas representadas na Área Metropolitana de Lisboa. E, portanto, penso que estamos todos de parabéns.

Também me associo à alimentação alternativa, embora não faça parte do lóbi vegetariano, mas pela cozinha saudável. Ainda há dois dias tive um excelente jantar coreano, que é considerada a cozinha mais saudável do mundo, não apenas a dieta mediterrânica que muito aprecio.

Relativamente à moção da CDU, tal como tinha anunciado, eu acho que importa esclarecer aqui duas ou três questões que são importantes.

A primeira das questões, quero deixar aqui claro, os montantes que foram aprovados em Câmara Municipal em 2018, para Movimento Associativo através do RMAMA ou através de protocolos e alguns deles ainda não foram pagos, por não reunirem as condições. Até ao momento, foram aprovados em Câmara Municipal, 4.397.403,05€ (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e três euros e cinco cêntimos). Estes foram os montantes aprovados em Câmara Municipal. Repito, alguns deles ainda não foram pagos porque, estamos à espera da documentação necessária para os podermos pagar.

Relativamente a pagamentos já efetuados, quero lembrar que pagamentos em apoios vários, apoios públicos, não apenas de Movimento Associativo, foram efetuados até à data de hoje 4.333.599,64€ (quatro milhões, trezentos e trinta e três mil, quinhentos e noventa e nove euros e sessenta e quatro cêntimos), e ao nível do capital, 376.498,65€ (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e oito euros e sessenta e cinco cêntimos). Relativamente ao orçamento deste ano, comparativamente ao orçamento do ano que vem, que nós depois vamos poder debater, nas rubricas, que dizem respeito aos apoios públicos e nalgumas delas especificamente ao apoio associativo, a dotação atual é de 4.622.558€ (quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito euros). E o que está previsto para o ano que vem, 4.751.634,00€ (quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e quatro euros). Portanto, com um aumento da dotação. Mas, mais importante do que isto, e como nós sabemos que os orçamentos são flexíveis, quero lembrar aqui, o que foi a execução dos últimos três anos. E aqui falo da execução de 2018, sabendo que estamos em novembro e que ainda está a decorrer um último RMAMA (que há de mudar de nome um dia, assim espero, mas ainda não foi possível). E quero lembrar que aqui, nos apoios públicos, em 2016, a execução foi de 6.734.156,72€ (seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e seis euros e setenta e dois cêntimos), em 2017, a execução foi de, 6.655.901,60€ (seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e um euros e sessenta cêntimos). Portanto ligeiramente abaixo. E em 2018, que não terminou, a execução, e quando falamos de execução estamos a falar de pago, neste momento é de 7.845.427,02€ (sete milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte sete euros e dois cêntimos). Relativamente ao Movimento Associativo e de Solidariedade Social, porque em função do orçamento de 2019, nós duplicamos rubricas, e pusemos em rubricas temáticas, mas disso falaremos nos próximos dias. Mas, neste caso, estamos a comparar exatamente as mesmas rubricas. Portanto, a rubrica, e eu até posso dizer o nome, 04070102, que são as despesas correntes, os apoios correntes, as transferências correntes para o apoio ao Movimento Associativo,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e de Solidariedade Social, em 2016 a execução foi de 55.666.00€ (cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis euros), em 2017, foi de 49.743.00€ (quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e três euros), e depois imaginem que em 2018, este ano, e ainda falta um RMAMA, foi de 169.000.00 € (cento e sessenta e nove mil euros). Ao nível do investimento, em 2016, foi de 567.187.00€ (quinhentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e sete euros), em 2017, foi de 277.909.00€ (duzentos e setenta e sete mil, novecentos e nove euros), e de facto, aqui, em 2018, houve uma pequena baixa para 215.000.00€ (duzentos e quinze mil euros) da execução ainda em novembro.

Senhores/as Deputados/as, desde do início deste mandato, que têm andado a lançar ideias de que isto vai ser uma catástrofe, que vai tudo acabar, que nada vai funcionar, agora a última é que o Movimento Associativo está a ser altamente prejudicado. Eu anunciei, desde o início, que o Movimento Associativo, tinha tido aumentos nos últimos anos, que eram absolutamente incomportáveis. Mesmo assim, definimos que os apoios que estavam previstos teriam uma redução entre 10% e 15%. Pois mesmo assim, fazendo essa redução, conseguimos dar três vezes mais apoios do que os que foram dados nos últimos dois anos. Portanto, Senhores/as Deputados/as, e Senhores/as Vereadores/as, não basta andar a tentar, sistematicamente, amedrontar as pessoas dizendo que vão deixar de ter privilégios, ou protocolos, ou que nós somos contra o Movimento Associativo, ou que nós não gostamos das Instituições, isso é falso, falso, e os números provam que é falso. E, portanto, os Senhores podem continuar a dizer, são livres, é a política, já o disse uma vez e volto a dizer, há muitas maneiras de fazer política. Há uns que consideram que certas inverdades são argumentos políticos, eu acredito, na política da frontalidade, da verdade e da transparência.”

6.3.17 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos requerimentos de baixa à Comissão Permanente, pelo que eu entendi, foram vários referidos, mas apenas dois tiveram a concordância dos proponentes. A moção do PSD, relativa à “Criação de um Gabinete de Apoio à Vitima”, e a moção do CDS-PP, relativa ao “Memorial e Homenagem aos Antigos Combatentes e aos Militares das Forças Armadas Portuguesas” tiveram a concordância da descida à Comissão Permanente Especializada. Portanto, eu ponho à consideração dos Senhores/as Deputados/as Municipais estes dois requerimentos, se não se opuserem estes dois textos baixam à Comissão Permanente Especializada.

E penso que estamos em condições de passar à votação dos documentos. Eu agradeço aos Senhores/as Deputados/as Municipais que me auxiliem relativamente a cada moção se houver votação ponto por ponto, caso eu não tenha tomada nota, que me chamem à atenção para podermos fazer a votação de acordo com o que é requerido.”

6.3.18 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à moção do PAN, nós tínhamos proposto a baixa à Comissão Permanente, não sei se o Senhor Deputado Municipal do PAN aceita ou não.”

6.3.19 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O estudo em que nos baseamos é um estudo científico, é factual, os dados são óbvios, são evidentes, penso que não faz sentido baixar à Comissão Permanente, a Comissão Permanente terá assuntos mais melindrosos com certeza para tratar, daí que não aceitamos a baixa à Comissão Permanente.”

6.4 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.4.1 – A Saudação aos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite foi aprovada por unanimidade;



6.4.2 – A moção pela prestação do serviço público no domínio postal e universal dos CTT foi aprovada por maioria, com votação ponto por ponto, sendo:

6.4.2.1- O corpo da moção e os pontos 1 e 2 aprovados por maioria com 32 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN; 5 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 voto contra do eleito do CDS-PP;

6.4.2.2 – O ponto 3 aprovado por maioria com 18 votos a favor, sendo 14 votos dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 4 do Grupo Municipal do BE; 6 abstenções, sendo 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do PAN; e 14 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, e 1 voto contra do eleito do CDS-PP;

6.4.3 – A recomendação condenação da cultura de ódio nas escolas foi aprovado por maioria com 37 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN, e 1 voto contra do eleito do CDS-PP;

6.4.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) informou que apresentaria uma declaração de voto por escrito:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

O CDS-PP vem deste modo, relativamente a respetiva Recomendação do Bloco de Esquerda, juntar à Ata da Assembleia Municipal de Almada correspondente, a seguinte posição através da presente declaração de voto:

O CDS-Partido Popular, um dos partidos criados no início da democracia moderna, sem quaisquer dubiedades ou incertezas, condena veemente qualquer manifestação de cultura de ódio, racismo, xenofobia ou demais formas de discriminação ou subjugação do Homem pelo Homem, seja ele em que contexto for.

Condena ainda qualquer tipologia de extremismo venha ele da Direita venha ele da Esquerda ou de outra origem qualquer, fazendo valer e orientar-se pelos princípios dos valores do respeito, da tolerância, da Democracia, do pluralismo de ideias e na salvaguarda dos mais elementares e intocáveis direitos da humanidade. Desse facto, o CDS-PP não tem qualquer dúvida e rege a sua conduta por esses mesmos valores sem hesitações.

No que concerne à respetiva Recomendação apresentada pelo Bloco que Esquerda em Assembleia Municipal, acresce desta forma, um esclarecimento adicional por parte do CDS-PP: é adiantado que um cartaz de uma organização de extrema direita, com mensagem associada ao ódio e fobia em relação à diversidade e aos direitos das pessoas, estava afixado em inúmeras escolas pelo país incluindo escolas do concelho de Almada.

Posto isto, acrescenta-se ainda o seguinte: a respetiva Recomendação, fala de um cartaz, mas não faz acompanhar o respetivo ao mesmo documento para que as forças políticas que iriam discutir e votar a Recomendação pudessem ser melhor esclarecidas e dirigir o seu sentido de voto com melhor precisão. Decorrente desse facto, quer o CDS-PP quer o PSD na mesma Assembleia questionaram o proponente da Recomendação para que pudesse dar mais esclarecimentos acerca do assunto, nomeadamente em relação ao conteúdo do cartaz, as suas frases discriminatórias e a sua origem. A esse pedido de esclarecimento, o Bloco de Esquerda, prontamente esclarece a Assembleia que se trata de uma organização protofascista de cariz nacionalista e extremista de direita, mas não identifica as escolas do concelho nem as frases que entende serem discriminatórias e ofensivas.

O CDS-PP foi verificar o cartaz, e apesar do gosto ou da falta dele relativamente à sua estética, não sendo esse o ponto em questão, entende o mesmo que não transmite nenhuma mensagem discriminatória ou de ódio para com quem quer que seja, tal como afirma o Bloco de Esquerda. Segundo o cartaz identificado pelo Bloco de



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esquerda, a frase: “Perigo - Identidade de Género”, proveniente da organização denominada “Escudo Identitário”, não tem qualquer simbologia nem manifesta qualquer forma que seja de racismo, xenofobia, discriminação ou ódio seja para quem for. Caso contrário, a posição do CDS-PP seria, obviamente, contra a discriminação.

Neste contexto, o CDS-PP acrescenta ainda o seguinte: o CDS-PP partido fundado nos valores da Democracia-Cristã, olhando para a Família como o pilar fundamental de toda a sociedade entende que a denominada “Identidade de Género” que algumas forças políticas e alguns quadrantes da sociedade querem fazer passar, ainda que uma pequena franja nas sociedades modernas, não serve os interesses de uma sociedade de valores alicerçados na Democracia-Cristã, Ideologia pela qual o CDS-PP, com respeito pelas demais, se revê e pugna.

A denominada “Identidade de Género” que determinadas minorias, sublinhe-se, mas que se respeita, querem aplicar na sociedade de valores, é desvirtuar uma realidade humana e do foro da sua Natureza, partindo esta do princípio básico e elementar que o ser humano ou nasce Masculino ou nasce Feminino, podendo ainda nascer com os dois géneros, mas que decorre sempre, provado cientificamente, de uma malformação, hermafroditismo, ou ainda também por malformação, nascer mesmo “sem género”, mais conhecido por intersexo.

E é esta nova forma de querer e de crer encarar a espécie humana que o CDS-PP está totalmente em desacordo, e não pode dar aval a que se possa continuar a tentar obstruir a própria natureza humana de uma forma ligeira como se fosse o normal curso da Natureza.

Mais se esclarece que a posição do CDS-PP não tem em nada a ver com as opções sexuais, *à posteriori*, de cada ser humano no decorrer da sua vida. Não é essa a questão que está aqui em discussão, nem a posição do CDS-PP pretende ter alguma coisa a ver com formas discriminatórias, de ódio ou de segregação às opções pessoais e sexuais de cada um no futuro.

O que está aqui em causa nesta dita “Identidade de Género”, não é nada mais nada menos, que uma espécie de ausência de género classificada e protegida por lei, onde deixaria de haver, *à priori*, género identificativo do ser humano, para passar a ser um Género indefinido, mesmo tendo em conta o órgão sexual do nascituro.

O CDS-PP rejeita esta posição, razão pela qual, não pode acompanhar, votando contra a Recomendação do Bloco de Esquerda.

6.4.4 – A moção contra a precaridade laboral, solidariedade com os estivadores eventuais do porto de Setúbal foi aprovada por unanimidade;

6.4.5 – A saudação dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres – 25 de novembro, foi aprovada por unanimidade;

6.4.6 – A recomendação redução da pegada ecológica do concelho de Almada foi aprovada por maioria, com votação ponto por ponto, sendo:

6.4.6.1 – O ponto 1 foi aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 19 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD. Verificando-se um empate na votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal exerceu o seu voto de qualidade, a favor.

6.4.6.2 – O ponto 2 aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 14 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 5 contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD;

6.4.6.3 – O ponto 3 foi aprovado por unanimidade.



- 6.4.7** – O voto de congratulação mais e melhor transporte público na área metropolitana de Lisboa foi aprovado por unanimidade;
- 6.4.8** – A moção 1ª Grande Guerra Memorial e Homenagem aos Antigos Combatentes e aos militares das Forças Armadas Portuguesas baixa à comissão permanente respetiva;
- 6.4.9** – A moção sobre iluminação do terminal de Cacilhas foi aprovada por unanimidade;
- 6.4.10** – A saudação pela organização de Festival Literário Read On foi aprovada por unanimidade;
- 6.4.11** – A moção/deliberação sobre o processo de renovação da licença da empresa Sovena foi aprovada por unanimidade;
- 6.4.12** – A moção/saudação ao Movimento Associativo Almadense foi aprovada, em parte, por maioria, em votação ponto por ponto, sendo:
- 6.4.12.1** – O texto introdutório do documento foi rejeitado por maioria com 19 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP, 1 abstenção do eleito do PAN e 17 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.
- 6.4.12.2** – Os pontos 1, 2, 3 e 4 do documento foram aprovados por unanimidade;
- 6.4.12.3** – O ponto 5 do documento foi rejeitado por maioria, com 19 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP, 1 abstenção do eleito do PAN e 17 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.
- 6.4.12.4** – O Senhor Deputado Carlos Guedes (BE) pediu escusa da votação deste documento em apreciação, devido à sua participação no movimento associativo almadense.
- 6.4.13** – A moção/saudação pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos foi aprovado por maioria com 25 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 13 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram.
- 6.4.14** – A saudação Skater Almadense Bruno Senra sagra-se campeão de Skate foi aprovada por unanimidade.
- 6.4.15** – A moção pela realização de um estudo sobre a construção de uma nova travessia do Tejo – Trafaria / Algés foi rejeitada por maioria, com 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 14 abstenções, sendo e 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito do PAN; e 10 votos a favor, sendo 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do CDS-PP.
- 6.4.16** – A saudação Piloto Almadense Sérgio Brás garante título da Taça FPAK de Ralis foi aprovada por unanimidade.
- 6.4.17** – A moção pela criação do Gabinete de Apoio à Vítima baixa à Comissão Permanente respetiva.
- 7** – Sendo próximo das 00 horas e 50 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da Sessão Ordinária de novembro, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal Senhora Inês Medeiros e dos/as Senhores/as Vereadores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Miguel Salvado, Lina Gonzalez, Joaquim Judas, José Gonçalves, Amélia Pardal, António Matos e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da Ricochete Filmes e de cerca de 70 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *Inês Medeiros*

O 1º SECRETÁRIO _____ *Paulo Vieira*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *Ana Paula Silva*